

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO – ESTADO DO PARANÁ

CNPJ: 76.995.422/0001-06

Fone: (46) 3533-8325 – **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br

Endereço: Avenida XV de Novembro, 160 – Centro – São João/PR – CEP 85.570-000

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.029/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 196/2026

CONTRATANTE (UASG): 987871 – Município de São João – PR

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

FORMA: Licitação Tradicional

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por unidade de medida (tonelada)

MODO DE DISPUTA: Aberto

REGIME DE EXECUÇÃO: Prestação de Serviços (execução indireta), por empreitada por preço unitário.

AMPLA PARTICIPAÇÃO: Sim

EXCLUSIVA PARA ME/EPP/EQUIPARADAS: Não

PREFERÊNCIA LOCAL/REGIONAL: Não

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 3.070/2023, e demais normas aplicáveis.

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de recebimento, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, contemplando resíduos sólidos domiciliares, resíduos volumosos inservíveis e resíduos da construção civil (RCC), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital, Termo de Referência e anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 908.616,96

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 29/04/2026, às 08h00min

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 14/05/2026, às 08h59min

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14/05/2026, às 09h00min

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA / DISPUTA DE LANCES: 14/05/2026, às 09h00min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Portal de Compras do Governo Federal / Compras.gov.br

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- O julgamento será realizado pelo critério de menor preço por unidade de medida (tonelada).
- A proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, conforme previsto no edital e seus anexos.
- O edital e seus anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Compras.gov.br, no Portal da Transparência do Município e junto ao Setor de Licitações.
- Os pedidos de esclarecimento e as impugnações deverão observar os prazos e condições previstos no edital.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90.029/2026

O Município de São João, Estado do Paraná, por intermédio da **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade **Pregão**, em sua forma **Eletrônica**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 3.070/2023, e demais disposições aplicáveis, sendo conduzido pelo Agente de Contratação designado pela Portaria nº 6.934, de 02 de janeiro de 2025, conforme as condições e exigências estabelecidas neste edital e em seus anexos.

PREGÃO ELETRÔNICO – DO TIPO MENOR PREÇO POR UNIDADE DE MEDIDA (TONELADA)

SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO

- **Forma de disputa:** Aberta, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- **Modalidade de Contratação:** Licitação tradicional, nos termos do Termo de Referência;
- **Critério de Julgamento:** Menor preço por unidade de medida (tonelada);
- **Participação:** **Ampla**, com aplicação dos tratamentos favorecidos previstos na **Lei Complementar nº 123/2006** (ME/EPP/equiparadas), quando atendidas as condições do edital e da regulamentação aplicável;
- **Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS:** Não;
- **Abertura/acolhimento/divulgação de propostas:** Até às 08h59min do dia 14/05/2026;
- **Início da sessão/disputa de lances:** 09h00min do dia 14/05/2026;
- Todas as indicações de tempo constantes neste edital seguirão o horário oficial de Brasília/DF.

Referências legais para este processo licitatório: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decretos Municipais nº 3.118/2023, 3.070/2023, e demais legislação aplicável.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de recebimento, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, contemplando resíduos sólidos domiciliares, resíduos volumosos inservíveis e resíduos da construção civil (RCC), conforme especificações detalhadas no Termo de Referência (Anexo I) e demais disposições deste edital.**

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

O valor máximo estimado para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 908.616,96** (novecentos e oito mil, seiscentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos), conforme estimativa detalhada no orçamento referencial elaborado pela Administração, fundamentado em pesquisa de mercado, incluindo cotações e referências de preços, em conformidade com os princípios da economicidade, vantajosidade e competitividade, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. CONDUÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

O pregoão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações Compras do Governo Federal, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normativas aplicáveis. O endereço eletrônico para recebimento, abertura e processamento das propostas será o portal www.gov.br/compras, garantindo ampla publicidade, transparência e participação isonômica dos interessados

O edital na íntegra está disponível para consulta na internet, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://pncp.gov.br>), e no sítio eletrônico do Município Portal da Transparência: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Anderson Camargo Cardoso e equipe de apoio, conforme designados pela Portaria n.º 6.934, de 02 de janeiro de 2025.

Atendimentos serão feitos pelos seguintes contatos:

- **E-mail:** licitacao@saojoao.pr.gov.br
- **Telefones:** (46) 3533-8325
- **Endereço:** Av. Xv de novembro, 160, Centro, São João, PR.
- **Horário de atendimento:** 08h30 às 11h00 e 13h30 às 17h00.

4. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos financeiros destinados à cobertura das despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato serão providos da seguinte dotação orçamentária vigente:

- **Órgão/Unidade:** 07.001
- **Funcional Programática:** 18.541.1801.2034
- **Elemento da Despesa:** 3.3.90.39.00.00
- **Fonte de Recurso:** 000.504

5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

5.1 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital de licitação em razão de irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre seus termos. O pedido deve ser protocolado no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, por meio do campo específico no sítio eletrônico <https://saojoao.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=saojoao>, onde também serão publicadas as respostas aos pedidos formulados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2 RECURSOS E CONTRARRAZÕES

Os recursos e as respectivas contrarrazões deverão ser apresentados exclusivamente por meio eletrônico, por meio da plataforma oficial utilizada para a condução do certame, observando-se os prazos e procedimentos estabelecidos no item 9 das Condições Gerais deste Edital, em conformidade com o artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS

Durante o curso da licitação, os autos do processo estarão disponíveis para consulta pelos interessados no **sistema eletrônico utilizado para o pregoão**, bem como no **Portal da Transparência do Município** no seguinte endereço:

Sítio eletrônico oficial: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br>

6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO

A licitação e a contratação decorrente serão regidas pelas **condições específicas e gerais do Pregão Eletrônico**, bem como pelo termos estabelecidos neste edital e seus anexos.

A presente licitação será regida pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, pela **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações, além da legislação aplicável.

7. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

7.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: PREÇO MÁXIMO

Após o encerramento da fase de lances e concluída a negociação, serão **desclassificadas** as propostas que permanecerem acima dos **valores unitários máximos e totais máximos fixados neste edital**, nos termos do **artigo 59, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

Além disso, poderá ser considerada **inexequível** qualquer proposta cujo preço seja manifestamente **irrisório, simbólico, incompatível com os custos de mercado ou que comprometa a execução contratual**, conforme critérios estabelecidos na legislação vigente e em eventuais estudos técnicos anexos ao edital.

Se for constatada a **inexequibilidade** da proposta mais bem classificada, a Administração poderá convocar o segundo colocado, seguindo a **ordem de classificação**, desde que sua proposta esteja dentro dos limites aceitáveis e **compatível com os parâmetros de mercado**.

7.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

O julgamento das propostas será realizado com base no critério de **menor preço por unidade de medida (tonelada)**, conforme estabelecido no Termo de Referência (**Anexo I**) deste edital.

1. Critério Geral

- Durante a fase de lances, os licitantes deverão observar os valores máximos de referência estabelecidos para os itens da contratação, conforme previsto no Termo de Referência e demais anexos do edital.
- Encerrada a fase de lances e concluída a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem com valores superiores aos valores máximos admitidos pela Administração.
- A análise da aceitabilidade observará os **valores unitários por tonelada** e o **valor total estimado da proposta**, calculado com base nos quantitativos previstos no edital e no Termo de Referência.
- Será considerada mais vantajosa a proposta que, atendidas todas as exigências do edital, apresentar o **menor preço por unidade de medida (tonelada)**, observada a compatibilidade com os preços máximos definidos pela Administração e a exequibilidade da proposta.

2. Critério de Avaliação das Propostas

- A avaliação das propostas será realizada com base nos itens que compõem o objeto da contratação, considerando os respectivos valores unitários ofertados e os quantitativos estimados constantes do Termo de Referência.
- Para fins de julgamento e classificação, será considerada a proposta que apresentar a melhor relação econômica para a Administração, nos termos do critério de **menor preço por unidade de medida (tonelada)**, sem prejuízo da análise de conformidade técnica e de exequibilidade.
- As propostas que apresentarem valores incompatíveis com o objeto, superiores aos limites máximos fixados ou manifestamente inexequíveis poderão ser desclassificadas, mediante decisão motivada, assegurada a realização de diligência, quando cabível, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não será inferior a **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de sua apresentação, conforme disposto no artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021. O não cumprimento deste prazo poderá resultar na desclassificação da proposta, conforme previsto neste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

TRATAMENTO DIFERENCIADO E FAVORECIDO PARA ME, EPP E MEI

Será concedido **tratamento favorecido** às **microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais**, nos limites previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006**. Também será assegurado **tratamento diferenciado** às **sociedades cooperativas** mencionadas no **artigo 34 da Lei nº 11.488/2007**, desde que cumpram os requisitos estabelecidos no edital e na legislação aplicável.

Para garantir a efetividade desse tratamento favorecido, serão aplicadas as regras de desempate previstas no artigo 44 da Lei Complementar nº 123/2006, permitindo que ME, EPP e MEI exerçam o direito de preferência caso suas propostas estejam dentro do limite de **5% (cinco por cento) acima da melhor oferta apresentada por empresa de maior porte**.

AMOSTRA E CATÁLOGO:

A apresentação de **catálogo técnico** e/ou **amostra do(s) objeto(s)** licitado(s) **somente será exigida se expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)**, conforme critério da Administração.

Quando exigida, a amostra deverá ser entregue no prazo e local indicados pela Administração, para verificação da conformidade com as especificações técnicas, padrões de qualidade e desempenho estabelecidos no edital. As amostras poderão ser submetidas a análise técnica e a ensaios específicos, quando aplicável.

O não atendimento à exigência de apresentação de catálogo técnico ou amostra, **caso prevista**, poderá ensejar a desclassificação da proposta, com a consequente convocação do licitante subsequente, conforme os critérios estabelecidos no edital e na legislação vigente

GARANTIA:

A prestação de garantia de execução **poderá ser exigida apenas nos casos em que estiver expressamente prevista no Termo de Referência (Anexo I)** e devidamente justificada em razão da natureza e complexidade do item adjudicado, conforme o disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Quando exigida, a garantia deverá ser proporcional ao valor do item contratado e poderá abranger aspectos como qualidade dos materiais, desempenho adequado do objeto contratado e cumprimento dos prazos e condições estabelecidos no edital.

A garantia, se aplicável, deverá ser prestada em uma das seguintes modalidades, à escolha do contratado:

- a) Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.

O percentual, o prazo de vigência e demais condições constarão expressamente na minuta contratual correspondente, somente nos casos em que a garantia for exigida.

Caso não haja exigência expressa no Termo de Referência, a Administração se reserva ao direito de não solicitar a garantia.

CONSÓRCIO:

Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio nesta licitação.

A vedação se justifica em razão das características do objeto, que consiste na prestação de serviços contínuos de recebimento, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos em aterro sanitário devidamente licenciado, abrangendo resíduos

domiciliares, volumosos inservíveis e resíduos da construção civil (RCC), tratando-se de serviço comum, com execução usual no mercado e plenamente realizável por empresa individualmente considerada, não havendo necessidade de conjugação de capacidades de mais de uma empresa para o cumprimento das obrigações contratuais.

Nos termos do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá admitir ou vedar a participação de consórcio, desde que haja justificativa pertinente no processo administrativo. No presente caso, a não admissão de consórcio mostra-se adequada, tendo em vista que o objeto não apresenta complexidade técnica elevada, vulto extraordinário ou dimensão que justifique a reunião de empresas para complementação de capacidade técnico-operacional ou econômico-financeira.

Além disso, a vedação ao consórcio contribui para a simplificação da gestão contratual, da fiscalização da execução, da medição dos serviços e da apuração de responsabilidades, especialmente considerando que a execução deverá ocorrer de forma contínua, regular e com responsabilidade direta da futura contratada quanto ao recebimento, pesagem, controle operacional e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

Dessa forma, ficam impedidas de participar desta licitação empresas reunidas sob a forma de consórcio.

O descumprimento desta vedação resultará na desclassificação da proposta ou na inabilitação do licitante, conforme a fase em que for constatada a irregularidade, sem prejuízo da aplicação das demais medidas cabíveis, nos termos do edital e da legislação vigente.

ANEXOS

Fazem parte integrante deste edital os seguintes anexos:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Documentos de Habilitação;
- **Anexo III** – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- **Anexo IV** – Modelo de Procuração;
- **Anexo V** – Modelo de Declaração;
- **Anexo VI** – Locais de Execução dos Serviços;
- **Anexo VII** – Minuta de Contrato;
- **Anexo VIII** – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- **Anexo IX** – Declaração da Lei Geral de Proteção de Dados;

CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- a) O pregão será realizado por meio eletrônico, utilizando o **sistema de compras eletrônicas do Governo Federal**, acessível pelo endereço eletrônico www.gov.br/compras, em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais regulamentações aplicáveis.
- b) O certame será conduzido por **servidor(a) público(a) designado(a) para a função de pregoeiro(a)**, com suporte da **equipe de apoio**, responsável pelo acompanhamento, processamento e gestão dos atos praticados no sistema eletrônico adotado pela Administração Municipal.
- c) O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, nos **Decretos Municipais nº 3.118/2023 e nº 3.070/2023**, e demais normativas aplicáveis.
- d) Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão realizar **credenciamento prévio**, com obtenção de **chave de identificação e senha pessoal**, conforme orientações disponíveis na própria plataforma eletrônica.
- d.1) O credenciamento do interessado e de seu representante legal no sistema eletrônico implica **responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade técnica** para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- e) O acompanhamento das operações no sistema eletrônico é de **responsabilidade exclusiva do licitante**, não cabendo à Administração Municipal qualquer ônus decorrente da **perda de negócios**, da **inobservância de mensagens emitidas pelo sistema** ou de **eventual desconexão do licitante durante a sessão pública do pregão**.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- a) Poderão participar deste Pregão as **pessoas jurídicas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação** e que apresentem **todos os documentos exigidos para habilitação**, além de estarem **devidamente credenciadas no sistema eletrônico de compras** adotado pela Administração, na forma deste edital e da legislação aplicável.
- b) Os interessados em participar do pregão deverão possuir **chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas** adotado pela Administração, conforme especificado no **Item 1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico**.
- c) É **vedada a participação** na licitação de pessoas físicas ou jurídicas que:
- c.1) tenham sido **declaradas inidôneas** ou sofrido **sanção impeditiva de licitar ou contratar com a Administração Pública**, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**;
- c.2) tenham constituído pessoas jurídicas com o propósito de **burlar sanções aplicadas**, enquanto perdurarem os efeitos dessas penalidades;
- c.3) possuam **sócios em comum com empresas impedidas de licitar ou contratar**, quando caracterizada tentativa de burla ou fraude à aplicação de sanções administrativas;
- c.4) não operem legalmente no País ou estejam sob **falência, dissolução ou liquidação**, ressalvada a hipótese de participação admitida em lei e no edital, quando cabível;
- c.5) mantenham **vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil** com dirigente do órgão ou entidade contratante, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos da legislação aplicável;
- c.6) sejam **servidores públicos, dirigentes do órgão contratante**, ou empresas das quais tais agentes figurem como sócios, dirigentes ou possuam participação relevante, salvo nas hipóteses legalmente admitidas;

c.7) enquadrem-se em quaisquer das **hipóteses de impedimento previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021**;

c.8) sejam **autores do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo**, ou empresa da qual o autor participe, direta ou indiretamente, quando configurada hipótese legal de vedação, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**;

c.9) participem na forma de **consórcio**, conforme vedação expressa estabelecida neste edital e devidamente justificada no processo administrativo.

d) A participação na licitação implica a **aceitação integral das condições estabelecidas neste edital e na legislação aplicável**, não cabendo alegação de desconhecimento.

e) Além dessas condições gerais, deverão ser observadas as **exigências específicas de participação previstas neste edital**, considerando as peculiaridades do objeto licitado.

f) O(a) pregoeiro(a) verificará o cumprimento das condições de participação por parte das licitantes, com **especial atenção à existência de impedimentos e sanções** que restrinjam o direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos da **Lei nº 14.133/2021**.

3. PROPOSTA INICIAL

a) Antes de submeter a proposta comercial no sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio:

a.1) **conhecimento e atendimento** às exigências de **habilitação** e demais condições previstas no edital;

a.2) sua condição de **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Microempreendedor Individual (MEI)** para usufruir dos benefícios previstos na **Lei Complementar Federal nº 123/2006** e suas alterações.

b) A **proposta de preço inicial** deverá ser enviada por meio de **formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas**, observando o prazo e os critérios estabelecidos no edital.

b.1) A proposta registrada poderá ser **alterada ou retirada** até a data e hora definidas no edital.

b.2) Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, **o sistema não permitirá inclusão, alteração ou desistência**, nos termos do **artigo 56 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da **fase de lances**.

d) O(a) pregoeiro(a) **verificará as propostas apresentadas quanto à exequibilidade**, podendo **desclassificar aquelas que não atendam aos requisitos do edital**, conforme previsto no **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

a) O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no **sistema eletrônico**, dos seguintes campos:

a.1) **Valor unitário e total do item**, valor global ou percentual de desconto, conforme aplicável;

a.2) **Marca** do produto ofertado, quando aplicável;

a.3) **Fabricante**, quando aplicável;

a.4) **Descrição detalhada do objeto**, conforme especificado no **Termo de Referência (Anexo I)**, incluindo modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando aplicável.

b) Todas as **especificações do objeto contidas na proposta vinculam o contratado**, sendo vedadas alterações posteriores que modifiquem sua essência.

c) Os valores propostos devem **incluir todos os custos operacionais**, encargos **trabalhistas, tributários, previdenciários, comerciais** e quaisquer outros que incidam **direta ou**

indiretamente sobre o fornecimento dos bens ou serviços, assegurando o cumprimento do contrato sem prejuízo ao contratado.

d) Os **preços ofertados**, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, são de **exclusiva responsabilidade do licitante**, não cabendo pleito de **alteração sob alegação de erro ou omissão**, nos termos do **artigo 92 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e) O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, contados da data de sua apresentação, conforme disposto no **artigo 65, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

f) As **ofertas devem respeitar os preços máximos estabelecidos no edital**, sendo passível de **desclassificação** qualquer proposta que ultrapasse esses limites.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

a) A abertura da licitação ocorrerá em **sessão pública**, por meio do **sistema eletrônico de compras**, na data, horário e local indicados no edital.

b) O(a) pregoeiro(a) verificará as propostas, **desclassificando aquelas que não atendam aos requisitos estabelecidos no edital**, nos termos do **artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas, sendo que **somente estas participarão da fase de lances**.

d) O sistema disponibilizará um **campo próprio para troca de mensagens** entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.

e) Iniciada a etapa competitiva, os **lances deverão ser enviados exclusivamente pelo sistema eletrônico**.

e.1) O lance deve ser ofertado de acordo com o **critério de disputa fixado neste edital**.

f) Os licitantes poderão oferecer **lances sucessivos**, observando o horário de abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

g) O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior** ou **percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

h) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances será de R\$ 0,01.

5.1. Modos de Disputa

i) O modo de disputa adotado nesta licitação será o **aberto**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e das regras operacionais do sistema eletrônico utilizado.

5.1.1. Modo de Disputa Aberto

- Os licitantes apresentarão **lances públicos e sucessivos**, observando o critério de julgamento fixado neste edital.

- A etapa de lances terá duração inicial de **10 (dez) minutos** e será prorrogada automaticamente caso haja lance ofertado nos **últimos 2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

- A prorrogação automática será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver novo lance nesse período, inclusive no caso de lances intermediários.

- Na hipótese de não serem apresentados novos lances na forma prevista, a sessão pública será automaticamente encerrada.

- Encerrada a fase competitiva, o sistema ordenará automaticamente as propostas de acordo com a classificação final obtida.

- O(a) Pregoeiro(a), assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da etapa de lances, de forma motivada, quando necessário para assegurar a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.2. Encerramento da Fase de Lances e Negociação

j) O sistema encerrará automaticamente a fase de lances conforme o modo de disputa adotado, ordenando as propostas de acordo com os critérios estabelecidos no edital.

k) Após o encerramento da fase de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá:



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

- Negociar diretamente com o licitante que apresentou a **melhor oferta**, buscando melhores condições para a Administração.
 - Verificar a conformidade da proposta vencedora em relação aos requisitos do edital e ao Termo de Referência.
 - Desclassificar propostas que não atendam aos requisitos técnicos, financeiros ou de habilitação, convocando os próximos classificados.
- l) O(a) pregoeiro(a), assessorado(a) pela equipe de apoio, poderá justificadamente admitir o reinício da etapa de lances para assegurar a obtenção da melhor proposta ou diante da ausência de lances compatíveis com os requisitos do edital.

5.3. Critério de Desempate e Tratamento Favorecido para ME, EPP e MEI

m) Para itens **não exclusivos** a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais (ME, EPP e MEI), encerrada a etapa de lances, será verificado o porte da empresa para aplicação do disposto nos artigos **44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006**.

n) Se as propostas de ME, EPP ou MEI estiverem **até 5% acima** da melhor proposta ou lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

o) Em caso de empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será conforme o artigo **60 da Lei nº 14.133/2021**, considerando **experiência do licitante, desenvolvimento sustentável e equidade de gênero**.

5.4. Negociação da Proposta Final

p) Após o encerramento da etapa de lances, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, via sistema eletrônico, **contraproposta ao licitante que apresentou o melhor preço**, buscando um valor ainda mais vantajoso, sem alterar as condições previstas neste edital.

q) A negociação será conduzida pelo sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

r) O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 horas**, envie a proposta revisada conforme o último lance ofertado, acompanhada, se necessário, de documentos complementares para confirmação dos requisitos exigidos no edital.

s) O(a) pregoeiro(a) poderá **prorrogar o prazo** estabelecido, caso haja solicitação fundamentada pelo licitante via chat antes do término do prazo.

t) Após a negociação do preço, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de **aceitação e julgamento da proposta**.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

a) Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à **adequação ao objeto**, à **compatibilidade do preço** em relação ao valor máximo estipulado para contratação e ao atendimento das especificações constantes neste Edital e seus anexos, nos termos do **art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

b) Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

b.1) conter **vícios insanáveis**;

b.2) não obedecer às **especificações técnicas** previstas neste Edital e no Termo de Referência;

b.3) apresentar **preço final superior** ao preço máximo fixado pela Administração;

b.4) apresentar **preço manifestamente inexequível**;

b.5) não tiver sua **exequibilidade demonstrada**, quando exigido pela Administração;

b.6) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou de seus anexos, desde que **insanável**.

c) Para fins de análise de **exequibilidade**, poderão ser considerados, entre outros elementos, os custos de mercado, os preços praticados em contratações similares, a composição de custos apresentada pelo licitante, a compatibilidade entre os preços ofertados e os insumos

necessários à execução do objeto, bem como outros elementos técnicos aptos a demonstrar a viabilidade da proposta.

c.1) No caso de **obras e serviços de engenharia**, serão consideradas **inexequíveis** as propostas cujos valores sejam inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, nos termos do **art. 59, §4º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c.2) Ainda no caso de **obras e serviços de engenharia**, será exigida **garantia adicional** do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este percentual e o valor da proposta, nos termos do **art. 59, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c.3) No caso de **bens e serviços em geral**, a Administração poderá realizar diligência para aferir a exequibilidade da proposta, especialmente quando o preço ofertado apresentar indícios de inexequibilidade, considerando os parâmetros de mercado, a natureza do objeto, a composição de custos, a capacidade operacional do licitante e demais elementos técnicos pertinentes.

c.4) Para **bens e serviços em geral**, inexistindo percentual legal fixo de presunção absoluta de inexequibilidade, a Administração poderá adotar, como **parâmetro referencial de análise**, proposta com valor significativamente inferior ao estimado, inclusive inferior a **50% (cinquenta por cento)** do valor de referência, hipótese em que o licitante poderá ser convocado a demonstrar a viabilidade econômica da proposta, mediante documentação idônea.

d) Serão consideradas **inexequíveis** as propostas com preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os custos de mercado e com a adequada execução do objeto, exceto quando se referirem a materiais, instalações ou estruturas de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie expressamente à remuneração.

e) A Administração poderá realizar **diligências** para aferir a exequibilidade, legalidade e conformidade das propostas apresentadas, inclusive mediante solicitação de documentos complementares, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

f) Caso seja necessária a suspensão da sessão pública para realização de diligências, esta será retomada mediante comunicação no sistema eletrônico, com o devido registro da ocorrência em ata.

g) O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para envio de **documentos complementares** digitalizados por meio do sistema eletrônico, no prazo fixado no próprio sistema, sob pena de **não aceitação da proposta**.

g.1) O prazo poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada do licitante apresentada via chat do sistema antes de seu vencimento, a critério do(a) Pregoeiro(a).

g.2) Entre os documentos que poderão ser solicitados, incluem-se **catálogos, fichas técnicas, declarações do fabricante, memoriais descritivos, certificações, laudos, amostras, comprovação de marca e modelo**, ou demais elementos que permitam verificar a conformidade da proposta com as exigências do Edital e do Termo de Referência.

6.1. DA AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS, CATÁLOGOS OU DOCUMENTOS TÉCNICOS, QUANDO APLICÁVEL

h) A exigência de apresentação de **amostras, catálogos, fichas técnicas, laudos, certificações ou demais documentos técnicos** será aplicada exclusivamente quando prevista no Termo de Referência ou quando necessária à verificação da compatibilidade da proposta com as especificações exigidas.

i) O local, data e horário para entrega de eventual amostra serão divulgados por meio de mensagem no sistema eletrônico utilizado para o certame, sendo facultada a presença dos licitantes interessados, quando cabível.

j) A não entrega da amostra ou dos documentos técnicos solicitados, o atraso injustificado na entrega, ou a apresentação de produto, serviço ou documentação em desconformidade com as

especificações previstas no Edital e no Termo de Referência, poderá resultar na **recusa da proposta**.

k) Se a amostra ou documentação técnica apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta do licitante subsequente, observada a ordem de classificação.

l) A análise técnica será realizada com base nos critérios definidos no Termo de Referência e nos padrões mínimos de aceitabilidade estabelecidos pela Administração, com registro da decisão no processo administrativo.

6.2. NEGOCIAÇÃO E PROCEDIMENTOS EM CASO DE DESCLASSIFICAÇÃO

m) Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, observada a ordem de classificação.

n) O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão e informar nova data e horário para sua continuidade por meio do sistema eletrônico.

o) O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, via sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que apresentou a proposta mais vantajosa, com o objetivo de obter melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

o.1) Caso o(a) Pregoeiro(a) não aceite a proposta e passe à subsequente, poderá também negociar melhores condições com o licitante classificado em seguida.

o.2) A negociação será conduzida pelo sistema eletrônico e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.3. CRITÉRIO DE EMPATE E TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME, EPP E MEI

p) Nos itens que não sejam exclusivos à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, caso a proposta inicialmente mais bem classificada não seja aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar ao próximo classificado, haverá nova verificação pelo sistema para eventual ocorrência de **empate ficto**, conforme previsto nos **arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/2006**.

q) Encerrada a análise da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, conforme as disposições deste Edital.

r) O licitante provisoriamente vencedor em mais de um item deverá comprovar cumulativamente os requisitos de habilitação, quando aplicável, observadas as exigências correspondentes aos itens em que tenha sido classificado provisoriamente em primeiro lugar.

r.1) Na hipótese de não comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá avaliar a inabilitação em relação aos itens necessários, observada a ordem de classificação, a vantajosidade para a Administração e as regras previstas neste Edital.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

a) Os licitantes deverão encaminhar, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a **proposta comercial**, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço proposto, conforme modelo do **Anexo III**, até a data e horário estabelecidos no edital.

b) O envio da proposta ocorrerá por meio da **chave de acesso e senha** cadastradas no sistema eletrônico.

c) Os documentos exigidos para fins de habilitação constam no **Anexo II – Documentos de Habilitação** deste edital e serão exigidos do **licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar**, na forma, prazo e condições definidos pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico.

7.1. VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LICITANTES

d) Antes da análise da documentação de habilitação do licitante melhor classificado, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de **impedimentos ou sanções restritivas do direito de licitar ou contratar**, mediante consulta aos sistemas e cadastros oficiais aplicáveis, especialmente:

i) **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;**

ii) **Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União – TCU;**

iii) **Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública no Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR.**

d.1) A consulta poderá ser realizada em nome da empresa licitante e de seu **sócio majoritário**, quando cabível, para verificação de eventual impedimento legal ou indícios de burla à aplicação de sanções.

d.1.1) Caso a consulta aponte **ocorrências impeditivas indiretas** ou indícios de fraude, a Administração poderá promover diligências para apuração da situação concreta.

d.1.1.1) A eventual tentativa de burla poderá ser analisada à luz de elementos como **vínculos societários**, identidade de sócios, atuação coordenada, similaridade operacional e outros indícios juridicamente relevantes.

d.1.1.2) Antes da adoção de decisão desfavorável, o licitante será convocado para manifestação, assegurado o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação aplicável.

d.2) Constatada a existência de sanção impeditiva ou de ausência de condição de participação, o licitante será **inabilitado** ou **desclassificado**, conforme a fase em que a irregularidade for constatada.

d.3) Não havendo impeditivos, a habilitação do fornecedor poderá ser verificada por meio do **SICAF**, relativamente aos documentos por ele abrangidos.

d.3.1) É de responsabilidade do licitante manter atualizados os documentos constantes dos sistemas oficiais utilizados pela Administração, para que estejam vigentes na data da sessão pública ou da convocação para habilitação.

d.3.2) Caso os documentos não estejam atualizados nos sistemas consultados, o licitante deverá apresentá-los na forma exigida pelo edital, sob pena de inabilitação, ressalvada a possibilidade de emissão direta pela Administração nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos emissores, quando cabível.

7.2. APRESENTAÇÃO E APROVEITAMENTO DE DOCUMENTOS

e) Os documentos exigidos para fins de habilitação que já constem em **sistemas oficiais**, em cadastros públicos ou em bases eletrônicas acessíveis à Administração poderão ser consultados diretamente pelo(a) Pregoeiro(a), desde que estejam **válidos, atualizados e aptos à verificação eletrônica**.

f) Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados por meio eletrônico, em formato digital, observadas as exigências do edital, admitida posterior verificação de autenticidade e validade pela Administração.

7.3. REGRAS PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI)

g) As **ME, EPP e MEI** deverão apresentar toda a documentação de habilitação exigida, ainda que contenha restrições quanto à regularidade fiscal ou trabalhista, observando-se o tratamento favorecido previsto na **Lei Complementar nº 123/2006**.

7.4. RESPONSABILIDADES DOS LICITANTES

h) Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, assumindo o ônus por eventual perda de negócios decorrente da inobservância de mensagens do sistema ou de sua desconexão.

- i) Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
- j) Não será estabelecida ordem de classificação entre as propostas apresentadas antes da abertura da sessão, sendo esta definida somente após os procedimentos de disputa, negociação e julgamento.
- k) Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for registrado primeiro no sistema eletrônico.
- l) Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do **menor valor registrado**, sem identificação do licitante.
- m) Em caso de desconexão do(a) Pregoeiro(a) durante a etapa de lances, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para envio de novos lances.
- n) Se a desconexão do sistema eletrônico do(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo que comprometa a continuidade regular da sessão, esta poderá ser suspensa e reiniciada posteriormente, mediante comunicação prévia aos participantes no próprio sistema eletrônico.

7.5. PUBLICIDADE E ACESSO ÀS PROPOSTAS E DOCUMENTOS

- o) Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado serão disponibilizados para análise do(a) Pregoeiro(a) e, quando cabível, para acesso público, após o encerramento da fase competitiva, observadas as regras do sistema eletrônico, a legislação aplicável e a proteção de informações sigilosas.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

- a) A proposta deverá ser formulada de acordo com o **valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas**, e assinada **eletronicamente com certificação digital ICP-Brasil pelo representante legal do licitante** (ou seu procurador qualificado).

O documento deverá conter, conforme modelo definido neste edital:

- **Identificação da licitação;**
- **CNPJ e nome empresarial completo do licitante;**
- **Descrição do produto/serviço ofertado** para cada **item e/ou lote** da licitação, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I);
- **Valor global, preços unitários e globais por item e/ou lote**, cotados em moeda corrente nacional (R\$);
- **Prazo de validade da proposta**, que **não poderá ser inferior ao estabelecido no edital**.

a.1) A **proposta definitiva** deverá **obrigatoriamente observar os preços unitários máximos** fixados na **planilha de composição de preços do edital e seus anexos**, sob pena de **desclassificação**, independentemente do critério de disputa e da composição dos lotes.

a.2) O(a) **pregoeiro(a)** **poderá corrigir erros materiais ou falhas evidentes** nas propostas que **não comprometam sua substância ou validade jurídica**, atribuindo-lhes eficácia **para fins de classificação**, nos termos do **artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.3) Os preços deverão ser cotados em **reais (R\$)**, **com até duas casas decimais após a vírgula**. **Valores além da segunda casa decimal serão desconsiderados pelo sistema**.

b) Nos termos do **§1º do artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante deverá **declarar, sob pena de desclassificação**, que sua **proposta econômica compreende a totalidade dos custos necessários** ao cumprimento dos **direitos trabalhistas assegurados pela Constituição Federal, leis trabalhistas, normas infralegais, convenções coletivas e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas**, conforme modelo constante no **Anexo V** deste edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

c) Nos termos do **artigo 82, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, o licitante **poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste edital**, obrigando-se a **cumprir o fornecimento nos limites da proposta apresentada**, garantindo o atendimento às condições mínimas exigidas pela Administração.

9. OS RECURSOS

a) Qualquer licitante poderá **manifestar, em campo próprio do sistema**, de forma **imediate e motivada**, sua intenção de recorrer, sob pena de **preclusão**, em relação às fases de **julgamento e habilitação**, possuindo o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentação das **razões recursais** após a formalização do término da etapa que antecede a **adjudicação**, nos termos do **artigo 165 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.1) As **razões recursais** devem ser apresentadas **exclusivamente por meio eletrônico**, com **certificação digital ICP-Brasil**.

a.2) Os demais licitantes serão **automaticamente intimados a apresentar contrarrazões** ao recurso **no prazo de 3 (três) dias úteis**, contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, **devendo ser assinadas com certificação digital ICP-Brasil**.

b) A **ausência da apresentação das razões recursais no prazo fixado** resultará na **decadência do direito de recorrer**, conforme **artigo 166 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

c) As **razões e contrarrazões de recurso** que não forem apresentadas conforme as disposições anteriores, ou que forem **subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para representar o licitante**, não serão **conhecidas pelo(a) pregoeiro(a)**.

d) Os autos do **processo administrativo de licitação** estarão à disposição dos interessados no **Portal da Transparência do Município**, no site: <https://www.portaltransparenciasaojoao.com.br/>

e) O **acolhimento do recurso** implicará na **invalidação apenas do ato insuscetível de aproveitamento**, não afetando os demais atos válidos do procedimento licitatório.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

a) Após a **análise da aceitabilidade da proposta**, regularidade da documentação e **habilitação do licitante vencedor**, bem como eventual **verificação de amostras exigidas**, o(a) **pregoeiro(a)** encaminhará o **procedimento licitatório à autoridade competente para adjudicação e homologação**, nos termos do **artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

b) Será permitida a **adjudicação e homologação parcial** do procedimento licitatório, quando o objeto licitado **for dividido em lotes distintos**, conforme **critérios previamente estabelecidos no edital**.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

a) O adjudicatário será notificado para assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, ou de outro instrumento equivalente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, podendo esse prazo ser prorrogado, a critério da Administração, sob pena de decair do direito à contratação e sujeitar-se às penalidades previstas neste Edital, nos termos do **artigo 90 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

a.1) Alternativamente à convocação presencial, a Administração poderá encaminhar o contrato para assinatura por meio eletrônico ou por correspondência postal com aviso de recebimento, devendo o instrumento ser devolvido devidamente assinado no prazo fixado pela Administração.

b) Para assinatura do contrato ou retirada da nota de empenho, o adjudicatário deverá **manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital**, bem como apresentar os

documentos complementares eventualmente exigidos pela Administração para formalização da contratação, nos termos da legislação aplicável.

c) Antes da assinatura do contrato, a Administração poderá realizar consulta aos **cadastros e sistemas oficiais aplicáveis**, com a finalidade de verificar a regularidade da empresa adjudicatária e a manutenção das condições necessárias à contratação.

d) Os pagamentos serão condicionados à prévia indicação, pelo credor, dos **dados bancários** para crédito em conta de sua titularidade, na forma admitida pela Administração e em conformidade com a legislação vigente.

e) Caso o adjudicatário não apresente as comprovações exigidas ou se recuse a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebração da contratação, nas condições previstas no **artigo 90, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**, sem prejuízo da eventual revogação da licitação, quando cabível.

e.1) A recusa injustificada do adjudicatário, ou a apresentação de justificativa não aceita pela Administração, poderá resultar na aplicação das **sanções administrativas cabíveis**, nos termos do **artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

e.2) Se nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos estabelecidos, o Município poderá convocar os remanescentes, observada a ordem de classificação, para assinatura do contrato nas condições por eles ofertadas, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação.

f) A **execução dos serviços, a medição, o ateste e o pagamento** serão realizados nos prazos, locais, condições e formas estabelecidos neste Edital, no Termo de Referência, na minuta contratual e nos demais anexos, garantindo a regularidade da execução contratual.

g) Em caso de atraso no pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para a mora, será aplicada a correspondente **compensação financeira**, na forma prevista na legislação aplicável e nas disposições contratuais.

h) Antes de cada pagamento, a Administração poderá verificar, nos **cadastros, sistemas e bases oficiais pertinentes**, a manutenção das condições de habilitação da contratada, bem como exigir a documentação necessária à regular liquidação da despesa, nos termos do edital, do contrato e da legislação vigente.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

a) O licitante ou contratado que praticar **infração administrativa** ficará sujeito às sanções previstas no **art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as disposições do **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicáveis, sem prejuízo de eventual **responsabilização civil e penal**.

b) Constituem **sanções administrativas aplicáveis**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021:

I – **advertência**;

II – **multa**;

III – **impedimento de licitar e contratar**;

IV – **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**.

c) A sanção de **advertência** será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

d) A sanção de **multa** será aplicada nas hipóteses previstas no Edital, no contrato e na legislação aplicável, **não podendo ser inferior a 0,5% nem superior a 30%**, calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, nos termos do **art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

- e) A **multa moratória**, em caso de **atraso injustificado** na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, será de **0,3% ao dia**, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, limitada ao percentual máximo previsto em lei e sem prejuízo da possibilidade de **rescisão contratual** e aplicação de outras sanções cabíveis.
- f) A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.
- g) A sanção de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos VIII, IX, X, XI e XII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.
- h) A aplicação das sanções observará a **natureza e a gravidade da infração**, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, bem como os princípios da **proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa**.
- i) A aplicação das sanções de **impedimento de licitar e contratar** e de **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** dependerá de **processo de responsabilização**, a ser conduzido nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o **contraditório** e a **ampla defesa**.
- j) A **multa** poderá ser aplicada **cumulativamente** com as demais sanções previstas neste item, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.
- k) Se a **multa aplicada** e as **indenizações cabíveis** forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença poderá ser **cobrada judicialmente**.
- l) A aplicação das sanções previstas neste item **não exclui**, em hipótese alguma, a obrigação de **reparação integral do dano** causado à Administração Pública.
- m) Sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, eventual **responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas** pela prática de atos contra a Administração Pública observará, quando cabível, as disposições da **Lei Federal nº 12.846/2013** e demais normas aplicáveis.
- n) As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas cadastrais pertinentes, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando exigido pela legislação aplicável.
- o) Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 3.118/2023** e demais normas aplicáveis.

13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

As partes **declaram conhecer e se comprometer a cumprir** as normas de **prevenção à corrupção estabelecidas na legislação brasileira**, incluindo a **Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992)** e a **Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**, além de seus regulamentos.

Para a execução deste contrato, **nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou prometer qualquer pagamento, doação, compensação, vantagem financeira ou benefício indevido a quem quer que seja, direta ou indiretamente.**

- Também é vedada qualquer forma de manipulação ou fraude que comprometa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- O mesmo compromisso deverá ser assegurado por prepostos, administradores e colaboradores das partes envolvidas, garantindo a ética e a transparência na execução do contrato.

14. DAS RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

- a) O Município realizará **todas as retenções tributárias exigidas por lei**, observando as disposições da **legislação federal, estadual e municipal aplicáveis**.
- b) O Município efetuará a **retenção do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos pelo ente público municipal**, conforme a **Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012** da Receita Federal, que regulamenta a aplicação do **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.
- b.1) As **alíquotas aplicáveis** serão aquelas previstas nos **anexos da IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**, bem como nas normas complementares da Receita Federal do Brasil, nos termos do **artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996**.
- b.2) As **hipóteses de retenção do imposto de renda na fonte**, bem como eventuais **deduções na base de cálculo**, deverão ser **explicitamente informadas nos documentos fiscais apresentados pelas empresas contratadas**, assim como os casos de **isenção ou dispensa de retenção**, nos termos da **IN RFB nº 1.234/2012 e suas atualizações**.
- b.3) As **retenções serão efetuadas no momento do pagamento** dos valores devidos pela **prestação dos serviços ou fornecimento dos bens contratados**, desde que devidamente **atestados e liquidados**, mediante recolhimento aos cofres municipais, conforme disposto no **inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988**.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) Todas as **referências de tempo** deste Edital correspondem ao **horário oficial de Brasília-DF**, nos termos do **Decreto Federal nº 6.932/2009**.
- b) Caso ocorra **decretação de feriado** ou outro fato **superveniente** que **impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas** na data designada no Edital, esta será automaticamente transferida para o **primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, sem necessidade de nova comunicação**.
- c) O(a) **pregoeiro(a)** poderá, se necessário, **promover diligências** para esclarecer ou **complementar informações** constantes do processo licitatório, nos termos do **artigo 64, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- d) O licitante será responsável por eventuais perdas de negócios decorrentes da **inobservância de mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema eletrônico**, ainda que ocorra desconexão durante o certame, conforme previsto no **artigo 63, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- e) A **não apresentação de qualquer documento exigido** ou a **apresentação com prazo de validade expirado** resultará na **desclassificação ou inabilitação do licitante**, salvo se for possível a **regularização nos termos do artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.
- f) A contratada deverá garantir livre acesso da **Administração e dos órgãos de controle interno e externo** aos **documentos e registros contábeis referentes ao objeto contratado**, sempre que solicitado, garantindo **transparência e fiscalização efetiva**.
- g) Os **documentos que não mencionarem prazo de validade** serão considerados válidos por **90 (noventa) dias a partir da data de emissão**, salvo disposição legal em contrário ou indicação específica no edital.

h) Os licitantes encaminharão os **documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico** indicado no **item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico**. O(a) pregoeiro(a) poderá **verificar a autenticidade e veracidade dos documentos apresentados**, garantindo **conformidade com as exigências do certame**.

i) O(a) pregoeiro(a) poderá **relevar falhas meramente formais** que não **comprometam a lisura do processo e o conteúdo essencial da proposta**, podendo ainda **promover diligências para esclarecer ou complementar informações**, inclusive **solicitando pareceres técnicos**, conforme o **artigo 64, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

j) A realização desta **licitação não implica obrigação de contratação total ou parcial do montante estimado**. A autoridade competente poderá **revogar o certame total ou parcialmente por razões de interesse público ou anulá-lo por ilegalidade**, mediante **decisão fundamentada**, assegurando o **contraditório e a ampla defesa**, nos termos do **artigo 71 da Lei Federal nº 14.133/2021**.

k) O **foro competente para dirimir eventuais questões não solucionadas administrativamente** será o da **Comarca de São João, PR**, conforme estabelecido na legislação aplicável.

O servidor responsável pela **subscrição deste Edital e seus anexos declara que observou integralmente a Minuta Padronizada aprovada pelo Gestor Municipal**.

Município de São João, em 28 de abril de 2026.

Anderson Camargo Cardoso
Agente de Contratação

Joni Zanella Ferreira
Prefeito Municipal

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº: 196/2026

Unidade Requisitante: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Sistema da Contratação:

(x) Pregão Eletrônico – contratação tradicional

() Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços (SRP), com formalização de Ata de Registro de Preços (ARP)

1. Definição do Objeto:

1.1. Objeto:

A presente contratação tem por objeto a **prestação de serviços contínuos de recebimento, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos**, em **aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes**, contemplando a disponibilização de empreendimento receptor apto a receber os resíduos gerados pelo Município.

Compreendem o objeto, ainda, as seguintes atividades essenciais e indissociáveis:

I – **recebimento dos resíduos sólidos urbanos**, incluindo resíduos domiciliares, volumosos e da construção civil (RCC), provenientes do Município contratante;

II – **operação, manutenção e gestão do aterro sanitário**, no que se refere aos resíduos recebidos no âmbito desta contratação;

III – **controle operacional e ambiental do empreendimento**, incluindo o atendimento às condicionantes das licenças ambientais e às normas aplicáveis;

IV – **pesagem obrigatória de todos os resíduos recebidos**, por meio de sistema de medição confiável, auditável e rastreável;

V – **tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos resíduos**, em conformidade com a legislação ambiental vigente e as melhores práticas do setor;

VI – **registro, controle e disponibilização de informações operacionais**, necessários à fiscalização e à medição dos serviços.

A execução do objeto deverá observar integralmente:

- as condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência;
- os critérios de desempenho e qualidade definidos pela Administração;
- a legislação ambiental aplicável;
- as normas técnicas pertinentes;

visando assegurar a adequada prestação de serviço público essencial, com proteção à saúde pública, ao meio ambiente e ao interesse coletivo.

1.2. Natureza do Objeto

Trata-se de **serviço comum de natureza contínua, sem dedicação exclusiva de mão de obra**, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que:

- possui padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado;
- pode ser descrito por especificações usuais de mercado;
- é essencial à manutenção das atividades administrativas;
- sua interrupção pode comprometer a saúde pública, o meio ambiente e a continuidade de serviço público essencial.

A contratação será realizada mediante licitação, na modalidade **pregão, preferencialmente na forma eletrônica**, com critério de julgamento por menor preço, nos termos do art. 28 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. Delimitação do Objeto

A presente contratação **não abrange**:

- os serviços de coleta dos resíduos;
- o transporte dos resíduos até o local de destinação final;

os quais permanecem sob responsabilidade do Município ou empresa contratada.

A contratação limita-se exclusivamente às etapas de:

- recebimento;
- tratamento;
- disposição final ambientalmente adequada dos resíduos

1.4. Quantitativos e Especificações

Item	Descrição Detalhada do Bem/Serviço	Unidade de Medida	Quantidade ANUAL Estimada	Especificações Técnicas Complementares
01	Recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares, em aterro sanitário devidamente licenciado	tonelada	2.304	Inclui pesagem, controle operacional, disposição final conforme normas ambientais e emissão de comprovantes por carga.
02	Recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos volumosos inservíveis, em aterro sanitário licenciado	tonelada	230,4	Resíduos não perigosos de grande volume, compatíveis com a licença ambiental do empreendimento

03	Recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos da construção civil (RCC), quando admitidos pela licença ambiental	tonelada	460,8	Devem atender às condições da licença ambiental e normas técnicas aplicáveis
-----------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	-------	------------------------------------------------------------------------------

Observação: A quantidade estimada de resíduos gerados pode variar pois não há uma conta exata para determinar a quantidade gerada.

1.4. Prazo de Vigência, Formalização e Prorrogação

1.4.1. Vigência e Formalização

O prazo de vigência da contratação será de **12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato administrativo, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

A formalização da contratação ocorrerá por meio de **Contrato Administrativo**, a ser celebrado entre o Município e a empresa vencedora do certame.

Justificativa do prazo contratual

A definição do prazo de 12 meses fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- natureza **contínua e essencial** do serviço de destinação final de resíduos sólidos;
- necessidade de garantir **continuidade operacional**, evitando descontinuidade ou soluções emergenciais;
- possibilidade de obtenção de **ganhos de escala e melhores condições comerciais**;
- redução de custos administrativos decorrentes de sucessivas licitações;
- maior estabilidade na execução contratual e na logística de destinação dos resíduos;

Adicionalmente, o prazo adotado está em conformidade com a prática administrativa para serviços contínuos, sendo compatível com o planejamento da Administração e com a necessidade de assegurar solução estável e eficiente.

2. Fundamentação da Contratação:

A presente contratação fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pela Administração, nos termos do art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, o qual demonstrou, de forma motivada, a necessidade da contratação e a adequação da solução escolhida.

O ETP concluiu que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos

urbanos em aterro sanitário devidamente licenciado constitui a solução **mais adequada, eficiente e vantajosa**, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e ambientais.

Conforme demonstrado no ETP:

- a necessidade da contratação encontra-se devidamente caracterizada, estando diretamente relacionada à manutenção de serviço público essencial de manejo de resíduos sólidos, com impacto direto na saúde pública e na proteção ambiental;
- foram analisadas alternativas para atendimento da demanda, tendo sido selecionada aquela que apresenta **melhor relação custo-benefício**, considerando viabilidade técnica, segurança ambiental e eficiência operacional;
- a solução escolhida apresenta **viabilidade técnica e operacional**, com especificações compatíveis com os resultados pretendidos pela Administração;
- os quantitativos estimados foram definidos com base em **memória de cálculo, dados históricos e projeções de geração de resíduos**, conforme detalhado no ETP;
- os custos estimados mostram-se compatíveis com os preços de mercado, conforme pesquisa realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;
- não foram identificados óbices de natureza técnica, jurídica, orçamentária ou administrativa que inviabilizem a contratação.

Adicionalmente, a solução adotada assegura a **destinação final ambientalmente adequada dos resíduos**, em conformidade com a legislação ambiental vigente e com as diretrizes de sustentabilidade aplicáveis à Administração Pública.

A contratação será realizada por meio de **pregão eletrônico**, tendo em vista que o objeto se enquadra como serviço comum, conforme art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos no mercado.

A decisão administrativa observa os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, transparência, competitividade e interesse público, estando devidamente motivada e alinhada ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se, ainda, a **coerência e compatibilidade entre os instrumentos da fase preparatória**, notadamente o Documento de Formalização da Demanda (DFD), o Estudo Técnico Preliminar (ETP), a pesquisa de preços e o presente Termo de Referência, em conformidade com as boas práticas de governança e planejamento das contratações públicas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

3. Descrição da Solução:

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de **recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos**, em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.

Os resíduos a serem destinados compreendem:

- resíduos sólidos domiciliares;
- resíduos volumosos inservíveis;
- resíduos da construção civil (RCC), desde que compatíveis com a licença ambiental do empreendimento receptor.

A execução deverá ocorrer de forma **contínua, regular e eficiente**, assegurando:

- a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos;
- a proteção da saúde pública;
- a conformidade com a legislação ambiental vigente;
- a mitigação de impactos ambientais;
- a rastreabilidade e o controle quantitativo dos resíduos destinados.

3.1. Execução dos Serviços

A execução do objeto compreenderá:

- o recebimento dos resíduos sólidos urbanos transportados pelo Município;
- a **pesagem obrigatória em balança rodoviária devidamente aferida**, como condição para medição do serviço;
- o registro individualizado de cada carga recebida;
- o controle operacional e ambiental das atividades;
- o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado.

A execução deverá observar:

- operação em conformidade com a licença ambiental vigente;
- capacidade operacional compatível com os quantitativos estimados;
- funcionamento contínuo, compatível com a rotina da coleta municipal;
- registro e disponibilização de dados operacionais à fiscalização do contrato;
- emissão obrigatória de comprovantes de recebimento por carga (tickets de pesagem ou documento equivalente).

3.2. Estrutura Operacional do Aterro

A contratada deverá dispor de estrutura operacional adequada à execução dos serviços, incluindo, no mínimo:

- sistema de impermeabilização do solo;
- sistema de drenagem e tratamento de chorume;

- sistema de captação, controle e queima ou aproveitamento de gases;
- sistema de monitoramento ambiental periódico;
- controle de acesso e operação do aterro;
- balança para pesagem dos resíduos, devidamente aferida por órgão competente.

A operação deverá observar as normas técnicas aplicáveis e a legislação ambiental vigente, incluindo as diretrizes da ABNT e dos órgãos ambientais competentes.

3.3. Controle, Rastreabilidade e Fiscalização

A contratada deverá garantir mecanismos efetivos de controle e rastreabilidade dos resíduos, incluindo:

- registro detalhado de todas as cargas recebidas, com identificação de data, horário, origem e peso;
- emissão de comprovantes de pesagem por viagem;
- disponibilização de relatórios periódicos à Administração;
- manutenção de sistema de controle quantitativo para fins de medição contratual;
- disponibilização das informações à fiscalização sempre que solicitado.

3.4. Destinação Final e Sustentabilidade

A execução dos serviços deverá observar integralmente a legislação ambiental aplicável, garantindo a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

A contratada deverá:

- possuir e manter válida a licença ambiental durante toda a execução contratual;
- operar em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010);
- realizar a destinação final exclusivamente em aterro sanitário licenciado;
- manter regularidade junto aos órgãos ambientais competentes;
- adotar práticas que promovam:
 - redução de impactos ambientais;
 - controle da poluição do solo, da água e do ar;
 - adequada gestão dos resíduos recebidos;
- responsabilizar-se pela correta operação ambiental do empreendimento durante toda a execução contratual.

4. Requisitos da Contratação:

A execução do objeto deverá observar requisitos técnicos, operacionais, legais e ambientais necessários à adequada prestação dos serviços de recebimento, tratamento e disposição final de

resíduos sólidos urbanos, conforme este Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar e a legislação aplicável.

A solução contratada deverá assegurar a prestação do serviço com **continuidade, regularidade, eficiência, segurança, rastreabilidade e controle operacional**, sendo passível de fiscalização objetiva pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

4.1. Requisitos Técnicos

A contratada deverá:

- disponibilizar **aterro sanitário devidamente licenciado**, apto ao recebimento de:
 - resíduos sólidos domiciliares;
 - resíduos volumosos inservíveis;
 - resíduos da construção civil (RCC), quando compatíveis com a licença ambiental;
- possuir **capacidade operacional compatível** com os quantitativos estimados no ETP;
- garantir a execução da disposição final em conformidade com:
 - normas técnicas aplicáveis (ABNT);
 - diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- manter sistemas adequados de:
 - impermeabilização do solo;
 - drenagem e tratamento de chorume;
 - captação e controle de gases;
 - monitoramento ambiental;
- disponibilizar **balança rodoviária aferida e certificada** por órgão competente;
- assegurar **controle, registro e rastreabilidade das cargas recebidas**, com identificação de origem e quantitativos;
- garantir a **destinação final ambientalmente adequada** dos resíduos.

4.2. Requisitos de Sustentabilidade

A execução contratual deverá observar critérios de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, incluindo:

- destinação final ambientalmente adequada dos resíduos;
- cumprimento integral da legislação ambiental vigente;
- operação exclusiva em unidade devidamente licenciada;
- adoção de práticas que promovam:
 - redução de impactos ambientais;
 - controle da poluição do solo, água e ar;
 - adequada gestão dos resíduos;
- manutenção de sistemas de controle e rastreabilidade dos resíduos;
- observância às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.3. Requisitos Legais e de Habilitação Técnica

Para fins de habilitação e execução contratual, a contratada deverá:

- comprovar regularidade **jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira**, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- demonstrar **aptidão técnica compatível com o objeto contratado**;
- comprovar a **operação ou disponibilidade de aterro sanitário licenciado**;

Durante toda a vigência contratual, deverá:

- manter **licença ambiental válida e vigente**;
- manter regularidade junto aos órgãos ambientais competentes;
- cumprir integralmente a legislação ambiental aplicável, especialmente a Lei nº 12.305/2010;
- observar normas de saúde e segurança do trabalho;
- responsabilizar-se integralmente pela destinação final dos resíduos;
- permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual e dos órgãos de controle.

4.4. Requisitos Operacionais

A contratada deverá assegurar:

- recebimento **contínuo e ininterrupto** dos resíduos, compatível com a rotina da coleta municipal;
- funcionamento em dias e horários compatíveis com a necessidade da Administração;
- estrutura adequada para recepção dos resíduos;
- emissão obrigatória de **comprovantes de recebimento por carga** (tickets de pesagem ou equivalente);
- manutenção de sistema de controle quantitativo para fins de medição;
- capacidade de absorver **variações nos quantitativos estimados**;
- atendimento a situações emergenciais, quando demandado;
- comunicação eficiente com a fiscalização do contrato.

4.5. Requisitos de Recebimento, Medição e Aceitação

A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pela Administração mediante critérios objetivos, incluindo:

- conferência dos quantitativos de resíduos recebidos;
- verificação dos registros de pesagem;
- análise dos relatórios operacionais;
- avaliação da regularidade da operação do aterro;

- registro formal de ocorrências e não conformidades.

4.5.1. Medição dos Serviços

A medição será realizada com base:

- na quantidade de resíduos efetivamente recebidos e pesados (toneladas);
- nos comprovantes de pesagem emitidos;
- na validação pela fiscalização contratual.

4.5.2. Aceitação dos Serviços

O recebimento dos serviços estará condicionado:

- à comprovação da destinação final ambientalmente adequada;
- à regularidade da operação;
- ao atendimento das exigências contratuais e legais.

A Administração poderá:

- determinar a correção imediata de falhas;
- rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desconformidade;
- aplicar sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5. Modelo de Execução do Objeto:

5.1. Início da Execução

A execução dos serviços terá início após:

- a assinatura do contrato administrativo;
- a emissão da respectiva Ordem de Serviço pela Administração.

A Ordem de Serviço deverá conter, no mínimo:

- data de início da execução;
- indicação do(s) local(is) de destinação final;
- orientações operacionais para entrega dos resíduos;
- horários de funcionamento do aterro;
- diretrizes para controle, pesagem e registro dos resíduos.

5.2. Prazo e Condições de Execução

Os serviços serão prestados de forma **contínua e ininterrupta**, durante toda a vigência contratual, sendo obrigatória a manutenção da capacidade de recebimento dos resíduos.

A execução deverá observar:

- funcionamento regular do aterro sanitário;
- compatibilidade com a rotina da coleta municipal;
- atendimento integral à demanda do Município, inclusive em situações de variação de volume.

Eventuais ajustes operacionais poderão ser realizados pela Administração, desde que:

- formalizados por escrito;
- não impliquem alteração do objeto;
- não causem desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

5.3. Rotina de Execução dos Serviços

A execução compreenderá as seguintes etapas operacionais:

I – recebimento dos resíduos sólidos urbanos transportados pelo Município;

II – **pesagem obrigatória de cada carga**, em balança rodoviária devidamente aferida;

III – registro individualizado das informações de cada carga, incluindo:

- data e horário;
- identificação do veículo;
- origem;
- tipo de resíduo;
- peso aferido;

IV – emissão de comprovante de recebimento (ticket de pesagem ou equivalente);

V – tratamento e disposição final ambientalmente adequada em aterro sanitário licenciado;

VI – operação do aterro conforme normas ambientais e técnicas aplicáveis;

VII – controle e monitoramento ambiental do empreendimento;

VIII – manutenção da regularidade operacional, sem interrupções injustificadas;

IX – apresentação periódica de relatórios operacionais, contendo, no mínimo:

- quantitativos recebidos por período;
- consolidação dos registros de pesagem;
- ocorrências operacionais;
- indicadores de desempenho ambiental.

5.4. Controle, Fiscalização e Monitoramento da Execução

A execução será acompanhada por fiscalização designada pela Administração, mediante:

- conferência dos comprovantes de pesagem;
- análise dos relatórios operacionais;
- verificação da regularidade da operação do aterro;
- inspeções, inclusive in loco;
- registro formal de ocorrências e não conformidades.

A fiscalização poderá:

- determinar correções imediatas;
- exigir adequações operacionais;
- suspender o recebimento em caso de irregularidade grave;
- propor aplicação de penalidades.

5.5. Medição dos Serviços

A medição dos serviços será realizada com base:

- na **quantidade efetivamente recebida e pesada (em toneladas)**;
- nos comprovantes de pesagem emitidos pela contratada;
- na validação pela fiscalização do contrato.

A medição deverá ocorrer mensalmente, mediante:

- consolidação dos dados de pesagem;
- apresentação de relatório detalhado pela contratada;
- conferência e atesto pela Administração.

Somente serão considerados para fins de pagamento os quantitativos:

- devidamente pesados;
- registrados;
- comprovados documentalmente;

- validados pela fiscalização.

5.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento dos serviços observará o disposto na Lei nº 14.133/2021:

✓ Recebimento provisório:

- realizado mensalmente, após a execução dos serviços;
- condicionado à verificação inicial dos quantitativos e documentos;

✓ Recebimento definitivo:

- após validação completa da execução;
- mediante atesto da fiscalização quanto:
 - à regularidade da operação;
 - à conformidade ambiental;
 - à consistência das medições;

A não conformidade poderá ensejar:

- glosa de pagamento;
- determinação de correção;
- aplicação de sanções administrativas.

5.7. Glosas e Não Conformidades

Poderão ser objeto de glosa:

- quantitativos não comprovados por pesagem válida;
- divergências entre relatórios e registros de pesagem;
- serviços executados em desacordo com as normas ambientais;
- falhas operacionais que comprometam a execução do objeto.

5.8. Responsabilidades Operacionais da Contratada

Compete à contratada:

I – assegurar a continuidade e regularidade do recebimento dos resíduos;

II – manter o aterro sanitário em condições adequadas de operação;

III – garantir a destinação final ambientalmente adequada;

IV – responder por falhas operacionais, inclusive interrupções;

V – manter válida a licença ambiental durante toda a execução contratual;

VI – cumprir integralmente as normas ambientais, sanitárias e de segurança;

VII – manter sistema confiável de controle e registro dos resíduos recebidos;

VIII – disponibilizar informações e documentos à fiscalização sempre que solicitado;

IX – adotar medidas preventivas para evitar riscos ambientais e operacionais;

X – comunicar imediatamente qualquer situação que possa comprometer a execução do contrato.

6. Modelo de Gestão do Contrato:

6.1. Gestão da Contratação

A gestão do contrato compreenderá o acompanhamento administrativo da execução, o controle de prazos, a verificação do cumprimento das obrigações contratuais e a adoção de providências em caso de irregularidades.

A gestão e a fiscalização observarão o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser exercidas de forma **contínua, sistemática, preventiva e documentada**, com foco em resultados e mitigação de riscos.

Compete ao Gestor do Contrato:

- acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativos e gerenciais;
- controlar prazos contratuais, vigência e eventuais prorrogações;
- verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- atuar como interlocutor institucional entre a Administração e a contratada;
- consolidar informações oriundas da fiscalização;
- avaliar o desempenho contratual com base em indicadores;
- adotar providências administrativas em caso de descumprimento contratual;
- encaminhar à autoridade competente situações que demandem aplicação de penalidades;
- validar, juntamente com o fiscal, as informações para fins de pagamento.

Responsável:

Katia Cristina Dalpiva Hartmann – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

6.2. Fiscalização Contratual

A fiscalização será exercida por servidor designado, responsável pelo acompanhamento direto da execução dos serviços e pela verificação da conformidade com este Termo de Referência e o contrato.

Compete ao Fiscal:

- acompanhar a execução dos serviços em campo;
- verificar a regularidade da operação do aterro sanitário;
- conferir os comprovantes de pesagem e os quantitativos recebidos;
- validar os registros de cada carga recebida;
- analisar relatórios operacionais e ambientais;
- verificar a conformidade com a licença ambiental;
- registrar formalmente falhas, interrupções ou irregularidades;
- determinar correções imediatas, quando cabível;
- atestar a execução dos serviços para fins de recebimento provisório;
- subsidiar o gestor com informações para pagamento e eventual aplicação de sanções.

Responsável:

Gabriel Henrique Lemos – Diretor do Departamento de Agricultura

6.3. Procedimentos de Fiscalização

A fiscalização contratual deverá observar, no mínimo:

- conferência dos registros de pesagem dos resíduos;
- validação da correspondência entre cargas, tickets e relatórios;
- análise dos relatórios operacionais e ambientais;
- verificação da regularidade da operação do aterro;
- inspeções periódicas, inclusive in loco;
- verificação da validade da licença ambiental;
- acompanhamento de eventuais não conformidades.

Os registros deverão conter:

- data e local da ocorrência;
- descrição detalhada da irregularidade;
- evidências (documentos, relatórios ou registros);
- providências adotadas;
- manifestação da contratada, quando houver.

6.4. Registro das Atividades de Gestão e Fiscalização

Todas as atividades deverão ser formalmente registradas em:

- relatórios periódicos;
- sistemas administrativos;
- planilhas de controle;
- processo administrativo da contratação.

Os registros constituirão base para:

- medição e pagamento;
- aplicação de penalidades;
- avaliação de desempenho da contratada;
- decisões sobre prorrogação contratual;
- prestação de contas e auditoria.

6.5. Indicadores de Desempenho

A execução contratual será avaliada com base em indicadores objetivos, tais como:

- **regularidade do recebimento:** percentual de dias com funcionamento normal do aterro;
- **conformidade da pesagem:** percentual de cargas corretamente registradas e validadas;
- **tempo de atendimento:** compatibilidade com a rotina da coleta municipal;
- **conformidade ambiental:** ausência de infrações ou irregularidades ambientais;
- **consistência dos relatórios:** aderência entre dados apresentados e registros de pesagem.

Os indicadores poderão subsidiar:

- aplicação de penalidades;
- avaliação da qualidade da execução;
- decisão sobre prorrogação contratual.

6.6. Comunicação e Tratamento de Irregularidades

Constatada qualquer irregularidade, a contratada será formalmente notificada para:

- apresentar justificativa; ou
- promover a correção no prazo estabelecido.

A depender da gravidade, poderão ser adotadas:

- advertência formal;

- determinação de correção imediata;
- glosa no pagamento;
- aplicação de penalidades administrativas.

O não atendimento poderá ensejar:

- aplicação de sanções;
- rescisão contratual;
- demais medidas cabíveis.

6.7. Integração com Medição e Pagamento

A gestão e fiscalização deverão subsidiar o processo de pagamento, sendo obrigatório:

- o atesto da execução pelo fiscal;
- a validação pelo gestor do contrato;
- a conferência dos quantitativos efetivamente pesados;
- a comprovação documental da destinação final;
- a verificação da regularidade ambiental da operação.

A ausência de comprovação implicará:

- suspensão do pagamento;
- glosa proporcional;
- aplicação de penalidades, conforme o caso

7. Critérios de Medição e Pagamento:

7.1. Medição dos Serviços

A medição dos serviços será realizada **mensalmente**, com base em critérios objetivos, verificáveis e auditáveis, vinculados à efetiva execução contratual, em observância ao princípio da eficiência e à mensuração por resultados recomendada pelos órgãos de controle.

7.1.1. Critério de Medição

A medição será realizada com base na **quantidade de resíduos sólidos urbanos efetivamente recebidos, processados e destinados**, aferida por meio de pesagem em balança devidamente calibrada e certificada, expressa em toneladas (t).

A apuração considerará exclusivamente os quantitativos:

- efetivamente recebidos no aterro sanitário licenciado;

- provenientes do Município contratante;
- devidamente registrados e validados pela fiscalização.

7.1.2. Comprovação da Execução

Para fins de medição, a contratada deverá apresentar, mensalmente, documentação comprobatória idônea, contendo, no mínimo:

I – Relatórios consolidados de recebimento de resíduos, por período de apuração;
II – Registros individuais de pesagem por carga (tickets, romaneios ou sistemas equivalentes), contendo:

- data e horário;
- identificação do veículo;
- peso bruto, tara e peso líquido;
- identificação da origem (Município);

III – Consolidação dos quantitativos mensais, por tipo de resíduo, quando aplicável;

IV – Relatórios operacionais e ambientais relacionados à execução contratual;

V – Demais documentos exigidos pela fiscalização do contrato.

7.1.3. Fiscalização e Validação

Compete à Administração, por meio da fiscalização contratual:

- validar os dados apresentados pela contratada;
- realizar conferência dos registros de pesagem;
- promover auditorias documentais e operacionais;
- realizar inspeções in loco no empreendimento receptor;
- efetuar o cruzamento de informações com dados da coleta municipal.

A medição somente será considerada válida após o **atesto do fiscal técnico**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.4. Indicadores de Desempenho

A aferição da execução contratual observará, cumulativamente, indicadores mínimos de desempenho, tais como:

- regularidade e continuidade no recebimento dos resíduos;
- disponibilidade operacional do aterro sanitário;
- conformidade ambiental da operação;
- ausência de interrupções injustificadas;

- fidedignidade, rastreabilidade e consistência dos dados de pesagem.

O descumprimento dos indicadores poderá ensejar:

- glosa proporcional da medição;
- registro formal de ocorrência;
- aplicação de penalidades contratuais, conforme o caso.

7.1.5. Glosas e Ajustes de Medição

Serão aplicadas glosas, de forma motivada e proporcional, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, tais como:

- recusa injustificada no recebimento de resíduos;
- interrupção indevida da operação;
- inconsistência ou ausência de registros de pesagem;
- descumprimento de obrigações ambientais;
- falhas operacionais que comprometam a adequada execução do objeto.

As glosas deverão:

- observar o contraditório e a ampla defesa, quando aplicável;
- ser devidamente justificadas pela fiscalização;
- estar formalmente registradas no processo administrativo;
- guardar proporcionalidade com a parcela não executada, conforme boas práticas do TCU.

7.2. Pagamento

O pagamento será efetuado **mensalmente**, com base no valor unitário por tonelada efetivamente executada, conforme proposta vencedora, após a regular liquidação da despesa.

7.2.1. Condições para Pagamento

O pagamento estará condicionado à comprovação cumulativa de:

- apresentação da Nota Fiscal/Fatura;
- apresentação dos documentos de medição;
- atesto da execução pelo fiscal técnico;
- validação pelo gestor do contrato;
- comprovação da regular liquidação da despesa.

Nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964 e em consonância com a Lei nº 14.133/2021, o pagamento somente será realizado após a verificação do direito adquirido pelo credor.

7.2.2. Prazo de Pagamento

O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados da data da liquidação da despesa, observada a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos da legislação aplicável.

7.2.3. Requisitos de Regularidade

Para fins de pagamento, a contratada deverá comprovar:

- regularidade fiscal e trabalhista;
- manutenção das condições de habilitação;
- validade das licenças ambientais pertinentes;
- cumprimento integral das obrigações contratuais;
- conformidade da execução com as exigências técnicas e ambientais estabelecidas.

7.2.4. Descontos, Retenções e Compensações

Poderão ser aplicados sobre os valores devidos:

- glosas decorrentes de inexecução;
- retenções tributárias legais;
- compensações relativas a penalidades aplicadas;
- eventuais ajustes decorrentes de inconsistências apuradas na medição.

7.3. Vedações e Controles

- É vedado o pagamento antecipado, salvo hipóteses excepcionais devidamente justificadas, nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- O pagamento poderá ser suspenso em caso de irregularidades na execução contratual;
- Nenhum pagamento será efetuado sem a devida comprovação da execução do objeto;
- A ausência ou inconsistência de documentação comprobatória implicará retenção ou glosa dos valores devidos;
- Todos os atos de medição, liquidação e pagamento deverão ser formalmente registrados no processo administrativo, assegurando rastreabilidade e transparência.

7.2. Pagamento

O pagamento será efetuado mensalmente, com base no valor unitário por tonelada, conforme proposta vencedora, condicionado a:

- apresentação da Nota Fiscal;
- apresentação dos relatórios de medição;
- comprovação da execução dos serviços;

- atesto do fiscal técnico;
- validação pelo gestor do contrato;
- regular liquidação da despesa.

O prazo de pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados da liquidação, conforme prática administrativa.

Condições para Pagamento

A contratada deverá comprovar:

- regularidade fiscal e trabalhista;
- manutenção das condições de habilitação;
- validade da licença ambiental;
- cumprimento das obrigações contratuais;
- conformidade da execução com os requisitos técnicos e ambientais.

Descontos e Retenções

Poderão ser aplicados:

- glosas por inexecução total ou parcial;
- retenções tributárias legais;
- compensações decorrentes de penalidades aplicadas.

7.3. Vedações e Controle

- É vedado pagamento antecipado, conforme a Lei nº 14.133/2021;
- O pagamento poderá ser suspenso em caso de irregularidade na execução;
- Nenhum pagamento será realizado sem a devida comprovação da execução;
- A ausência de documentação comprobatória implicará retenção ou glosa do valor devido.

8. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor:

8.1. Modalidade de Licitação

A contratação será realizada por meio da modalidade **pregão, na forma eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, em razão de o objeto caracterizar-se como **serviço comum**, conforme definição do art. 6º, inciso XIII, da referida Lei, por possuir padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e usualmente praticados no mercado.

A adoção do pregão eletrônico observa, ainda, os princípios da competitividade, economicidade, eficiência e transparência, ampliando a participação de licitantes e favorecendo a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.2. Critério de Julgamento

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **menor preço por unidade de medida (tonelada)**, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

O critério adotado mostra-se adequado e proporcional ao objeto, tendo em vista que:

- a execução contratual será mensurada com base na quantidade efetivamente destinada;
- o modelo remunera diretamente o resultado entregue (destinação final dos resíduos);
- evita distorções decorrentes de pagamentos por disponibilidade ou estimativas não executadas.

Tal sistemática encontra-se alinhada às boas práticas recomendadas pelo Tribunal de Contas da União, que privilegiam a **remuneração por desempenho e resultados efetivamente aferidos**.

8.3. Modo de Disputa

Será adotado o **modo de disputa aberto**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, permitindo a apresentação de lances públicos, sucessivos e decrescentes pelos licitantes, com vistas à ampliação da competitividade e à obtenção da proposta mais vantajosa.

A dinâmica de lances observará os procedimentos estabelecidos no edital, garantindo isonomia, transparência e rastreabilidade.

8.4. Análise das Propostas

As propostas apresentadas serão analisadas sob os seguintes aspectos:

I – **Conformidade técnica**, quanto ao atendimento integral das especificações constantes do Termo de Referência;

II – **Adequação ao objeto**, especialmente quanto à comprovação de que a destinação ocorrerá em aterro sanitário devidamente licenciado;

III – **Compatibilidade com os preços de mercado**, conforme parâmetros definidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

IV – **Exequibilidade da proposta**, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, com avaliação da coerência entre preços ofertados e custos estimados da execução.

Para fins de instrução do julgamento, a Administração poderá:

- solicitar esclarecimentos e documentos complementares;
- exigir demonstração da viabilidade técnica e econômico-financeira da proposta;
- promover diligências para aferir a capacidade operacional e a regularidade ambiental da licitante;
- verificar a consistência dos custos apresentados, especialmente em casos de indícios de inexequibilidade.

Propostas que apresentarem preços manifestamente inexequíveis ou incompatíveis com a execução do objeto poderão ser desclassificadas, mediante decisão devidamente motivada.

8.5. Conteúdo da Proposta

A proposta comercial deverá conter, no mínimo:

- I – valor unitário por tonelada de resíduo destinado;
- II – valor global estimado, calculado com base nos quantitativos previstos;
- III – prazo de validade da proposta;
- IV – declaração expressa de que os preços apresentados contemplam todos os custos necessários à execução do objeto.

Quando exigido no edital, deverá ser apresentada **planilha de composição de custos**, contemplando, entre outros:

- custos operacionais do aterro sanitário;
- encargos trabalhistas, previdenciários e tributários;
- custos ambientais e de licenciamento;
- manutenção e operação da infraestrutura;
- despesas indiretas e margem de lucro;
- demais insumos necessários à execução integral do objeto.

A ausência de informações essenciais ou a inconsistência relevante na formação de preços poderá ensejar a desclassificação da proposta.

8.6. Formalização da Contratação

A contratação será formalizada mediante **Contrato Administrativo**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o qual será regido pelas cláusulas e condições estabelecidas:

- no edital da licitação;
- neste Termo de Referência;
- na proposta vencedora;
- na legislação aplicável.

O contrato deverá conter, obrigatoriamente, as cláusulas essenciais previstas no art. 92 da Lei nº 14.133/2021, assegurando a adequada gestão, fiscalização e execução do objeto contratado.

9. Estimativa do Valor da Contratação

9.1. Valor Estimado da Contratação

Com base na pesquisa de preços realizada, o valor estimado da contratação corresponde a:

R\$ 908.616,96 (novecentos e oito mil, seiscentos e dezesseis reais e noventa e seis centavos)

Esse valor foi obtido a partir:

- da média de preços por tipo de resíduo;
- dos quantitativos estimados no Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- da projeção mensal e anual da demanda.

9.2. Metodologia da Pesquisa de Preços

A estimativa de preços foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, observando as boas práticas administrativas e orientações do TCU.

Foram utilizados os seguintes parâmetros:

- contratações similares extraídas do **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**;
- dados de mercado obtidos por meio de orçamentos com fornecedores do setor;
- análise de contratações de entes públicos de porte semelhante.

A metodologia adotada foi a **média aritmética simples dos valores coletados**, por tipo de resíduo, considerando a homogeneidade dos serviços pesquisados.

9.3. Fontes da Pesquisa de Preços

Foram utilizadas as seguintes fontes:

- contratações públicas registradas no PNCP;
- orçamentos junto a empresas especializadas (Eficiência Ambiental e PEMA);
- dados recentes (2024 a 2026), garantindo atualidade e aderência ao mercado.

A pesquisa contemplou três categorias:

- resíduos domiciliares;
- resíduos volumosos;

- resíduos da construção civil (RCC).

9.4. Valores Médios por Tipo de Resíduo

A partir da aplicação da média aritmética simples, foram obtidos os seguintes valores estimados:

- **Resíduos domiciliares:** R\$ 312,30/tonelada
- **Resíduos volumosos:** R\$ 441,67/tonelada
- **Resíduos da construção civil (RCC):** R\$ 189,49/tonelada

Os valores refletem a prática de mercado para serviços equivalentes, considerando custos operacionais, ambientais e logísticos.

9.5. Memória de Cálculo da Estimativa

9.5.1. Quantitativos considerados

Com base no ETP:

- Resíduos domiciliares: **192 t/mês**
- Resíduos volumosos: **19,2 t/mês**
- RCC: **38,4 t/mês**

9.5.2. Cálculo do custo mensal

- **Domiciliares:**
 $192 \times 312,30 = \text{R\$ } 59.961,60$
- **Volumosos:**
 $19,2 \times 441,67 = \text{R\$ } 8.480,06$
- **RCC:**
 $38,4 \times 189,49 \approx \text{R\$ } 7.276,41$

Custo mensal total estimado: R\$ 75.718,07

9.5.3. Cálculo do custo anual: R\$ 75.718,07 × 12 meses = R\$ 908.616,96

9.6. Compatibilidade com o Mercado

A pesquisa de preços demonstra que os valores estimados são **compatíveis com os praticados no mercado**, sendo adequados para:

- subsidiar o julgamento das propostas;
- aferir a exequibilidade dos preços ofertados;

- mitigar riscos de sobrepreço e superfaturamento.

Nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser desclassificadas propostas que apresentem:

- indícios de inexecutabilidade;
- preços manifestamente superiores aos praticados no mercado.

9.7. Atualização da Estimativa

A estimativa de preços poderá ser atualizada antes da publicação do edital, desde que:

- haja justificativa técnica;
- nova pesquisa de preços seja realizada;
- a atualização seja formalmente registrada no processo administrativo.

9.8. Coerência com o Planejamento

A estimativa encontra-se coerente e compatível com os instrumentos da fase preparatória, especialmente:

- Documento de Formalização da Demanda (DFD);
- Estudo Técnico Preliminar (ETP);
- especificações constantes deste Termo de Referência.

Atende, assim, ao princípio do planejamento previsto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021 e às boas práticas de governança recomendadas pelo Tribunal de Contas da União.

10. Adequação Orçamentária:

10.1. Indicação Orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados em dotação orçamentária própria, conforme classificação abaixo:

- **Órgão/Unidade:** 07.001
- **Projeto/Atividade:** 18.541.1801.2034
- **Elemento de Despesa:** 3.3.90.39.00.00
- **Fonte de Recursos:** 000. 504

11. Responsáveis pela Elaboração e Aprovação

Elaborado por:

Nome: Katia Cristina Dalpiva Hartmann



Cargo/Função: Secretária

Setor: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Assinatura:

São João, 25 março, 2026.

ANEXO II - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e, se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto os **atestados de capacidade técnica** e os documentos que, pela própria natureza, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz.

Será aceita a apresentação de registros de CNPJ distintos (**matriz e filial**) para **CND** e **CRF/FGTS**, desde que comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

1. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

O licitante convocado deverá encaminhar os documentos de habilitação **exclusivamente por meio eletrônico**, pelo sistema do pregão, conforme as regras estabelecidas no edital.

2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

2.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

2.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no **Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ**, em plena validade;
- b) Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União**, abrangendo inclusive a regularidade relativa à **Seguridade Social**;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS**, mediante apresentação do **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)**, em plena validade;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**, nos termos da legislação vigente.

2.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em prazo não superior a **90 (noventa) dias** da data prevista para apresentação da documentação, salvo se outro prazo constar expressamente no documento;

b) **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de **3 (três) meses** da data da apresentação da proposta, **quando exigidos no edital**.

2.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Apresentação de, no mínimo, **01 (um) atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviços compatíveis com o objeto da licitação, especialmente relacionados ao **recebimento, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos**, ou à **operação de aterro sanitário** ou unidade equivalente;

b) Comprovação de disponibilidade de **aterro sanitário devidamente licenciado**, mediante apresentação de **licença ambiental válida e vigente**, emitida pelo órgão ambiental competente, compatível com os tipos de resíduos previstos no objeto da contratação;

c) Identificação da **unidade de destinação final** a ser utilizada na execução contratual;

d) Comprovação de **regularidade ambiental do empreendimento**, inclusive quanto ao atendimento das condicionantes da licença ambiental, quando aplicável.

2.5. DECLARAÇÕES

a) **Declaração Unificada**, contendo, no mínimo:

- declaração de inexistência de fatos impeditivos para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- declaração de cumprimento do disposto no **art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal**;
- declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- declaração de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, quando aplicável.

b) No caso de **ME/EPP**, a declaração pertinente ao enquadramento e ao uso dos benefícios legais deverá observar as exigências do edital.

2.6. OUTROS

a) Para as **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** que optarem pelos benefícios da **Lei Complementar nº 123/2006**, apresentar documento comprobatório de enquadramento, podendo ser **Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial** da respectiva sede do licitante, emitida em prazo compatível com a legislação e com o edital;

b) Poderão ser exigidos outros documentos estritamente compatíveis com o objeto, desde que previstos expressamente no edital e em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**.

3. REGRAS GERAIS

a) Todos os documentos devem identificar o licitante, com **razão social e CNPJ**;

b) Os documentos deverão estar **válidos na data de apresentação**, ressalvadas as hipóteses legais de regularização, especialmente para **microempresas e empresas de pequeno porte**;

c) A exigência de habilitação observará estritamente o disposto no edital e no Termo de Referência, não sendo exigidos documentos estranhos ao objeto da contratação;

d) A documentação será analisada conforme as disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e das regras estabelecidas no instrumento convocatório;

e) A Administração poderá realizar **diligências** para esclarecer dúvidas, complementar informações e verificar a autenticidade, validade e adequação dos documentos apresentados;

f) A ausência de documento exigido, a apresentação de documento vencido ou em desconformidade com o edital poderá ensejar a **inabilitação do licitante**, assegurada a possibilidade de diligência, quando cabível, nos termos da legislação aplicável.

ANEXO III - MODELO DE DESCRITIVO DA PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO N° XX/XXXX
DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor: _____
CNPJ/CPF: _____
Inscrição Municipal: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ **CEP:** _____ **Cidade:** _____
Estado: _____
Telefone: _____ **Fax:** _____
E-mail: _____
Banco: _____
Agência: _____
Conta Corrente: _____

1. OBJETO DA LICITAÇÃO

A presente proposta tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de recebimento, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, contemplando resíduos sólidos domiciliares, resíduos volumosos inservíveis e resíduos da construção civil (RCC), conforme especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital).**

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E VALORES

Item	Descrição do Objeto	Exigências Complementares	Unidade	Quantidade Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares, em aterro sanitário devidamente licenciado	Inclui pesagem, controle operacional, destinação final conforme normas ambientais, emissão de comprovantes por carga e demais exigências do TR	Tonelada	2.304	_____	_____
2	Recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos volumosos inservíveis, em aterro sanitário licenciado	Resíduos não perigosos de grande volume, compatíveis com a licença ambiental do empreendimento e demais exigências do TR	Tonelada	230,4	_____	_____
3	Recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos	Devem atender às condições da licença ambiental, às normas técnicas aplicáveis e às	Tonelada	460,8	_____	_____

da construção civil (RCC), quando admitidos pela licença ambiental	demaís exigências do TR					
--------------------------------------------------------------------	-------------------------	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO DA PROPOSTA: R\$ _____

Observação: O valor da proposta deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, incluindo operação do aterro, pesagem, controle operacional, atendimento às exigências ambientais, emissão de comprovantes, tributos, encargos, despesas administrativas e demais custos incidentes, conforme edital e Termo de Referência.

3. VALIDADE DA PROPOSTA

A validade desta proposta é de ____ (____) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

4. RESPONSABILIDADE SOBRE A QUALIDADE E INTEGRIDADE DOS PRODUTOS

A empresa proponente/vencedora será responsável pela adequada execução dos serviços durante toda a vigência contratual, observando integralmente o Edital, o Termo de Referência, o contrato, as ordens de serviço e as orientações da fiscalização e da gestão contratual.

4.1. Em caso de inexecução, execução inadequada, desconformidade dos serviços ou descumprimento das obrigações contratuais, caberá à Contratada promover a imediata regularização, inclusive mediante adoção das medidas operacionais, ambientais e administrativas necessárias ao fiel cumprimento do objeto, nos termos do Edital, do contrato e da legislação vigente.

5. DECLARAÇÕES DO LICITANTE

5.1. O licitante declara expressamente que sua proposta atende integralmente às exigências técnicas estabelecidas no Anexo I (Termo de Referência), inclusive quanto às condições de recebimento, pesagem, controle, rastreabilidade, regularidade operacional e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

5.2. O licitante declara, sob as penas da lei, que sua proposta inclui todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, inclusive despesas com pessoal, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, administrativos, operação do aterro, controle ambiental, pesagem, emissão de relatórios, manutenção da regularidade da licença ambiental e demais custos incidentes, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.3. O licitante declara ciência de que os serviços serão executados de forma contínua, conforme a necessidade da Administração, com medição baseada na quantidade efetivamente recebida e pesada, devendo manter estrutura compatível e regularidade operacional durante toda a execução contratual.

5.4. O licitante declara ciência de que somente serão pagos os quantitativos efetivamente executados, pesados, comprovados documentalmente e validados pela fiscalização do contrato.



Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

Representante Legal

Nome: _____

CPF: _____

Cargo/Função: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO IV- MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

_____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____, neste ato representada por **[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]**, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

OUTORGADO:

_____, portador(a) da **Carteira de Identidade** nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado(a) na Rua _____, nº _____, Cidade _____, Estado _____, CEP _____.

PODERES:

Por este instrumento, o **OUTORGANTE** confere ao **OUTORGADO** os mais amplos e gerais poderes para, em seu nome, representá-lo no **Pregão Eletrônico nº /**, podendo, para tanto:

- Protocolar e receber documentos;
- Assinar declarações, propostas, contratos de fornecimento e demais documentos exigidos no certame;
- Prestar esclarecimentos e responder a diligências solicitadas pelo pregoeiro(a) ou pela equipe de apoio;
- Apresentar recursos administrativos e contrarrazões, assinando todos os documentos pertinentes;
- Efetuar e efetivar lances durante a fase competitiva do pregão eletrônico;
- Participar das fases de negociação e julgamento de propostas, conforme os critérios estabelecidos no edital;
- Acompanhar o procedimento licitatório até sua finalização, assinando os documentos necessários à formalização do ajuste;
- Praticar todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato, nos termos do edital e da legislação aplicável.

A presente procuração é concedida em caráter **(revogável ou irrevogável, conforme aplicável)** e vigorará até a conclusão do certame ou até que seja formalmente revogada pelo Outorgante. O Outorgado se compromete a atuar dentro dos limites da legislação vigente, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como a observar as disposições do **edital do Pregão Eletrônico nº XX/XXXX**, respondendo integralmente por seus atos perante a Administração Pública e eventuais terceiros interessados.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 20XX

OUTORGANTE

Nome: _____

Cargo/Função: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO V- MODELO DE DECLARAÇÃO

(Este documento deve ser impresso em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone e assinatura do representante legal.)

À

Prefeitura Municipal de São João

Av. XV de Novembro, 160 – Centro

CEP 85.570-000 – São João – PR

Senhor(a) Agente de Contratação/Pregoeiro,

A empresa **[RAZÃO SOCIAL]**, inscrita no CNPJ nº **[NÚMERO]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO]**, por meio de seu representante legal infra-assinado, **DECLARA**, para os devidos fins e sob as penas da lei, que:

☐ **(Marcar se aplicável)** Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações, enquadra-se como **Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) ou Cooperativa equiparada**, não havendo fatos supervenientes que alterem essa condição.

1. CONFORMIDADE LEGAL E HABILITAÇÃO

1.1. Está ciente e concorda com todas as condições do edital/aviso de contratação e seus anexos, bem como com a legislação aplicável, especialmente a **Lei Federal nº 14.133/2021**.

1.2. Atende às exigências de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, econômico-financeira e técnica, conforme exigido no instrumento convocatório.

1.3. Não possui impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública, comprometendo-se a comunicar eventual fato superveniente impeditivo.

2. REGULARIDADE TRABALHISTA E PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

2.1. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

2.2. Cumpre a legislação trabalhista, previdenciária e de segurança do trabalho aplicável, assumindo responsabilidade por encargos decorrentes da execução contratual.

3. AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS E MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES

3.1. Declara a autenticidade e veracidade de todos os documentos e informações apresentados no processo.

3.2. Compromete-se a manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

3.3. Declara que não foi declarada inidônea e que não se encontra suspensa ou impedida de licitar/contratar, ressalvadas as hipóteses legalmente informadas e comprovadas.

4. PROPOSTA E COMPOSIÇÃO DE PREÇOS

4.1. A proposta apresentada contempla todos os custos diretos e indiretos necessários ao fiel cumprimento do objeto, inclusive tributos, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais despesas incidentes.

4.2. Declara que o objeto ofertado atende integralmente às especificações técnicas, quantitativos e condições de execução/fornecimento previstas no Termo de Referência, Projeto Básico ou documento equivalente.

4.3. Compromete-se a substituir/corrigir, às suas expensas, quaisquer itens/serviços em desconformidade com o instrumento convocatório e com a proposta apresentada, nos prazos fixados pela Administração.

5. RESERVA DE CARGOS E ACESSIBILIDADE (QUANDO APLICÁVEL)

5.1. Declara cumprir as exigências de reserva de cargos previstas em lei, especialmente quanto à contratação de pessoa com deficiência e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável.

5.2. Declara observar as normas relativas à acessibilidade e demais obrigações legais correlatas, quando exigíveis em razão do objeto.

6. RELAÇÕES COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

6.1. Em atendimento às orientações dos órgãos de controle, declara que seus sócios, dirigentes, administradores e representantes legais:

- não possuem impedimento legal para contratar com o Município de São João/PR;
- não participam do presente certame em situação que caracterize conflito de interesses;
- não mantêm vínculo que configure vedação legal com agentes públicos diretamente envolvidos no processo, nos termos da legislação aplicável.

6.2. Declara ciência de que a constatação de declaração falsa sujeitará a empresa às sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

7. PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

7.1. Declara que observa a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais, em especial a **Lei Federal nº 13.709/2018 (LGPD)**, comprometendo-se a adotar as medidas necessárias ao tratamento adequado dos dados eventualmente envolvidos na execução contratual.

8. DADOS PARA ASSINATURA DA ATA/CONTRATO

8.1. Para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, contrato ou instrumento equivalente, indica o(a) seguinte representante legal:

- **Nome:** [NOME DO RESPONSÁVEL]
- **RG nº:** [NÚMERO]
- **CPF nº:** [NÚMERO]
- **Cargo/Função:** [SÓCIO-ADMINISTRADOR/PROCURADOR/DIRETOR]

8.2. Declara que o representante acima possui poderes para assinar e assumir obrigações em nome da empresa, anexando, quando necessário, os documentos comprobatórios de representação.

9. DADOS PARA CONTATO E COMUNICAÇÕES

9.1. Para fins de comunicações oficiais relativas ao processo licitatório/contratação, indica:

- **E-mail:** [ENDEREÇO ELETRÔNICO]
- **Telefone:** ([DDD]) [NÚMERO]

9.2. Compromete-se a manter os dados atualizados e a comunicar formalmente à Administração qualquer alteração.

10. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO (QUANDO APLICÁVEL)

10.1. Indica como responsável pelo acompanhamento da execução contratual, quando exigido pela natureza do objeto:

- **Nome:** [NOME DO RESPONSÁVEL]
- **CPF nº:** [NÚMERO]
- **Cargo/Função:** [FUNÇÃO]
- **Telefone/E-mail:** [CONTATO]

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

[CIDADE], ____ de _____ de 20____.

[NOME DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CARGO/FUNÇÃO]

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

CNPJ nº [NÚMERO]

ANEXO VI - LOCAIS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ÓRGÃO/ENTIDADE/DEPARTAMENTO/SECRETARIA

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Unidade Atendida:

Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente – serviços de recebimento, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos gerados pelo Município de São João/PR.

Local de Execução dos Serviços:

Aterro sanitário devidamente licenciado, disponibilizado pela contratada, apto ao recebimento dos resíduos sólidos urbanos do Município de São João/PR, compreendendo resíduos domiciliares, resíduos volumosos inservíveis e resíduos da construção civil (RCC), quando admitidos pela licença ambiental, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

Endereço:

Endereço do empreendimento receptor indicado pela contratada na proposta e/ou na documentação de habilitação, devidamente aprovado pela Administração, devendo constar a identificação completa da unidade de destinação final.

Responsável pelo Acompanhamento/Gestão:

Katia Cristina Dalpiva Hartmann – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Telefone: (46) 3533-1618

E-mail: agricultura@saojoao.pr.gov.br

Fiscal Técnico do Contrato:

Gabriel Henrique Lemos – Diretor do Departamento de Agropecuária e Meio Ambiente

Telefone: (46) 3533-1618

E-mail: agricultura@saojoao.pr.gov.br

Horário de Funcionamento / Execução (conforme TR):

Os serviços serão executados de forma contínua, em dias e horários compatíveis com a rotina da coleta municipal e com as necessidades da Administração, conforme definido no Termo de Referência, nas ordens de serviço e nos ajustes operacionais formalizados pela fiscalização contratual.

Observações Adicionais:

Os serviços compreendem o recebimento, a pesagem, o controle operacional, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos encaminhados pelo Município, com emissão de comprovantes por carga, manutenção de registros e relatórios operacionais, observância da legislação ambiental vigente e atendimento integral às exigências do Termo de Referência.

OBSERVAÇÕES:

1. A execução dos serviços deverá ocorrer no empreendimento receptor disponibilizado pela contratada, devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, observando integralmente as condições previstas no Termo de Referência e demais disposições do Edital.
2. O responsável pelo acompanhamento e a fiscalização deverão verificar a conformidade da execução com as condições contratuais, especialmente quanto à regularidade da operação, aos registros de pesagem, aos comprovantes emitidos, aos relatórios operacionais e à compatibilidade com a licença ambiental.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

3. A contratada deverá garantir o recebimento contínuo dos resíduos sólidos urbanos do Município, mantendo estrutura operacional adequada e regular durante toda a vigência contratual, sem interrupções injustificadas.
4. Todas as despesas relativas à operação do aterro sanitário, pesagem, controle operacional, tratamento, destinação final ambientalmente adequada, manutenção da regularidade ambiental do empreendimento, emissão de comprovantes, relatórios e demais encargos necessários à execução do objeto serão de responsabilidade da contratada, nos termos do Termo de Referência.
5. A contratada deverá manter suporte técnico e operacional durante toda a execução contratual, com pronta resposta a eventuais ocorrências, falhas operacionais, exigências ambientais ou solicitações da fiscalização e da gestão do contrato.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVEMBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2026

Processo Licitatório nº. _____

Data da Assinatura: _____

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO**, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 160, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 76.995.422/0001-06, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Joni Zanella Ferreira**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **[NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ sob o nº **[CNPJ]**, com sede à **[endereço completo]**, neste ato representada por **[nome do representante legal, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, endereço, e-mail e telefone]**, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, resultante do **Pregão Eletrônico nº 90.029/2026**, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de recebimento, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos, em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, contemplando resíduos sólidos domiciliares, resíduos volumosos inservíveis e resíduos da construção civil (RCC), para atendimento das necessidades do Município de São João/PR, conforme especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital e demais anexos.**

1.2. A execução do objeto contratado abrangerá, no mínimo:

- a) o recebimento dos resíduos sólidos urbanos encaminhados pelo Município, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência;
- b) a pesagem obrigatória de todas as cargas recebidas, por meio de balança rodoviária devidamente aferida e certificada;
- c) o controle operacional e o registro individualizado das cargas recebidas, com rastreabilidade e emissão de comprovantes por carga;
- d) o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos recebidos, em conformidade com a legislação ambiental vigente;
- e) a manutenção da regularidade operacional e ambiental do empreendimento receptor durante toda a execução contratual;
- f) a disponibilização de relatórios operacionais, registros de pesagem e demais documentos necessários à fiscalização e à medição dos serviços;
- g) o atendimento às exigências da licença ambiental e às demais obrigações previstas no Termo de Referência, no Edital e na proposta vencedora.

1.3. O objeto compreende os seguintes itens, sob regime de execução por **empreitada por preço unitário**, com medição baseada na quantidade efetivamente recebida e pesada, em toneladas:

I – recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares;

II – recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos volumosos inservíveis;

III – recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos da construção civil (RCC), quando admitidos pela licença ambiental.

1.4. A execução dos serviços será realizada de forma contínua, conforme a necessidade da Administração, mediante ordem de serviço/ordem de início emitida pela contratante, observadas as condições operacionais previstas no Termo de Referência e na proposta vencedora.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS

2.1. A CONTRATADA se obriga a executar o objeto deste contrato pelo valor total de R\$ [VALOR] ([VALOR POR EXTENSO]), conforme os valores unitários e quantitativos estabelecidos no edital e seus anexos.

Item	Descrição do Objeto	Unidade de Medida	Quantidade Estimada Anual	Valor Unitário (R\$)	Valor Total Estimado (R\$)
1	Recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares, em aterro sanitário devidamente licenciado	Tonelada	2.304		
2	Recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos volumosos inservíveis, em aterro sanitário licenciado	Tonelada	230,4		
3	Recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos da construção civil (RCC), quando admitidos pela licença ambiental	Tonelada	460,8		

2.2. O valor acima estipulado abrange todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto contratado, incluindo, mas não se limitando a:

- a) tributos, impostos, taxas e contribuições incidentes sobre a prestação dos serviços;
- b) encargos sociais, trabalhistas, previdenciários e fundiários;
- c) despesas administrativas, operacionais e comerciais;
- d) custos de operação do aterro sanitário, recepção das cargas, pesagem, controle de acesso e registro;

e) custos com tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, em conformidade com as normas ambientais;

f) despesas com mão de obra, equipamentos, sistemas de controle, monitoramento ambiental, manutenção da infraestrutura e demais recursos necessários à execução dos serviços;

g) custos com emissão de comprovantes de pesagem, relatórios operacionais e demais documentos exigidos pela fiscalização;

h) custos relacionados à manutenção da regularidade documental, ambiental e operacional do empreendimento receptor;

i) demais custos indispensáveis ao cumprimento integral do objeto contratado, conforme Edital, Termo de Referência, proposta vencedora e legislação aplicável.

2.3. O preço contratado remunera integralmente a execução dos serviços objeto deste contrato, observadas as exigências do Termo de Referência, do Edital e da proposta vencedora, não cabendo quaisquer acréscimos por alegação de desconhecimento das condições operacionais, ambientais, logísticas ou das obrigações necessárias ao perfeito cumprimento do objeto.

2.4. O valor total do contrato possui caráter **estimativo**, uma vez que a remuneração da contratada ocorrerá com base na quantidade efetivamente executada, recebida, pesada, comprovada documentalmente e validada pela fiscalização contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. A vigência do presente contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada a critério da Administração, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.2. A execução dos serviços ocorrerá conforme necessidade da Administração, mediante emissão de **Ordem de Serviço/Ordem de Início**, com indicação das datas, horários e local para montagem, disponibilização, manutenção e retirada das estruturas, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência.

3.2.1. A Ordem de Serviço/Ordem de Início deverá conter, no mínimo, as orientações operacionais necessárias à execução, incluindo a data de início, identificação da unidade de destinação final, horários de funcionamento, diretrizes de recebimento, pesagem, controle e registro dos resíduos.

3.2.2. Em caso de prorrogação dos prazos de execução e vigência, os valores poderão sofrer **reajuste anual**, calculado com base na variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC/IBGE**, contada da data de início/assinatura do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A prestação dos serviços deverá ocorrer conforme as necessidades do MUNICÍPIO, observando as condições operacionais estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e neste contrato, mediante emissão de Ordem de Serviço/Ordem de Início pela Administração.

4.2. A CONTRATADA se compromete a executar os serviços dentro das condições estabelecidas, garantindo que:

- a) os serviços sejam prestados em estrita conformidade com o Termo de Referência, com o Edital, com a proposta apresentada e com as orientações da Administração e da fiscalização;
- b) seja disponibilizado aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes, apto ao recebimento dos resíduos sólidos urbanos abrangidos pelo objeto contratual;
- c) sejam recebidos, tratados e destinados de forma ambientalmente adequada os resíduos sólidos domiciliares, os resíduos volumosos inservíveis e os resíduos da construção civil (RCC), quando admitidos pela licença ambiental do empreendimento;
- d) seja realizada a pesagem obrigatória de todas as cargas recebidas, por meio de balança rodoviária devidamente aferida e certificada, com emissão de comprovantes por carga;
- e) seja mantido sistema de controle, registro e rastreabilidade das cargas recebidas, com identificação mínima da data, horário, veículo, origem, tipo de resíduo e peso aferido;
- f) sejam apresentados os relatórios operacionais, registros de pesagem e demais documentos necessários à fiscalização, à medição dos serviços e à liquidação da despesa;
- g) sejam mantidas, durante toda a execução contratual, a validade da licença ambiental e a regularidade operacional do empreendimento receptor;
- h) sejam corrigidas, regularizadas ou sanadas imediatamente, e sem ônus adicional para a Administração, quaisquer falhas operacionais, inconsistências de registro, irregularidades ambientais ou desconformidades com as exigências contratuais;
- i) sejam observadas todas as exigências legais, técnicas, ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho necessárias à adequada execução do objeto.

4.3. A execução dos serviços compreenderá os seguintes itens:

- I – recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos sólidos domiciliares;
- II – recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos volumosos inservíveis;
- III – recebimento, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos da construção civil (RCC), quando admitidos pela licença ambiental.

4.4. O início da execução ocorrerá após a emissão da Ordem de Serviço/Ordem de Início pela Administração, depois da formalização contratual e das demais providências administrativas necessárias.

4.5. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua e compatível com a rotina da coleta municipal, em dias e horários ajustados com a Administração, podendo haver adequações operacionais formalmente comunicadas pela fiscalização contratual.

4.6. A execução dos serviços somente será considerada regularmente realizada após verificação e ateste pela fiscalização contratual, que poderá determinar correções, adequações, complementações, apresentação de documentos, regularização operacional ou ambiental e outras providências necessárias ao fiel cumprimento do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES

5.1. São direitos das partes:

a) da **CONTRATANTE**: receber a execução do objeto contratado em conformidade com o Edital, o Termo de Referência, este contrato e demais anexos, podendo fiscalizar, acompanhar, atestar, glosar, rejeitar serviços em desconformidade e exigir correções, complementações e adequações quando necessárias;

b) da **CONTRATADA**: receber o pagamento pelos serviços efetivamente executados, na forma e nos prazos estabelecidos, desde que cumpridas integralmente as obrigações contratuais e haja o devido ateste da Administração.

5.2. São obrigações da CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento ajustado nos prazos e condições estabelecidos;

b) disponibilizar à CONTRATADA as informações, orientações e condições necessárias para a regular execução do contrato;

c) acompanhar e fiscalizar a execução contratual, por meio de gestor e fiscais formalmente designados;

d) comunicar à CONTRATADA as ocorrências verificadas na execução, para fins de regularização, correção ou adequação;

e) emitir a ordem de início dos serviços e demais atos administrativos necessários à execução contratual;

f) indicar à contratada as orientações operacionais necessárias à execução, especialmente quanto ao fluxo de recebimento dos resíduos, horários de funcionamento, rotinas de controle, pesagem e fiscalização;

g) atestar a execução dos serviços efetivamente realizados, após verificação da conformidade contratual;

h) rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados em desacordo com o contrato, o edital ou o Termo de Referência;

i) aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando constatado descumprimento contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

j) exigir da CONTRATADA a apresentação de documentos, relatórios, registros operacionais, comprovantes de pesagem, licenças, autorizações, apólices, garantias e demais elementos necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual;

k) determinar, quando constatadas falhas operacionais, ambientais ou risco à continuidade do serviço, a adoção imediata de medidas corretivas, preventivas, mitigadoras ou de contingência, sem prejuízo das demais medidas administrativas e contratuais cabíveis.

5.3. São obrigações da CONTRATADA:

a) executar os serviços em estrita conformidade com este contrato, com o Termo de Referência, com o Edital, com a proposta apresentada e com as orientações da Administração;

b) disponibilizar e manter, durante toda a execução contratual, aterro sanitário devidamente licenciado e apto ao recebimento dos resíduos abrangidos pelo objeto;

c) realizar o recebimento, a pesagem, o controle operacional, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos encaminhados pelo Município;

d) garantir a continuidade, regularidade e segurança operacional dos serviços, sem interrupções injustificadas;

e) realizar a pesagem obrigatória de todas as cargas recebidas, em balança rodoviária devidamente aferida e certificada, com emissão de comprovantes por carga;

f) manter sistema confiável de controle, registro e rastreabilidade das cargas recebidas, contendo, no mínimo, data, horário, identificação do veículo, origem, tipo de resíduo e peso aferido;

g) apresentar relatórios operacionais, registros de pesagem e demais documentos necessários à fiscalização, à medição dos serviços e à liquidação da despesa;

h) substituir, corrigir ou regularizar, imediatamente e sem ônus adicional para a Administração, quaisquer falhas operacionais, inconsistências de registro, irregularidades ambientais ou desconformidades com as exigências contratuais;

i) responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários, ambientais e civis decorrentes da execução;

j) responder por danos causados à Administração, ao meio ambiente ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução contratual;

k) manter à disposição da fiscalização, e apresentar quando solicitado, documentos e registros necessários à verificação da execução e da regularidade dos serviços;

- l)** atender prontamente às solicitações da Administração relativas ao cumprimento do contrato;
- m)** comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer fato que impeça, dificulte ou comprometa a execução das obrigações assumidas;
- n)** manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- o)** não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar a execução do objeto sem autorização expressa da CONTRATANTE;
- p)** cumprir integralmente a legislação trabalhista, previdenciária, fiscal, ambiental, sanitária, civil e demais normas aplicáveis à atividade e à execução do objeto;
- q)** não permitir a utilização de mão de obra em desconformidade com a legislação vigente, inclusive quanto à vedação constitucional ao trabalho infantil irregular;
- r)** assumir integralmente todos os custos necessários ao cumprimento do contrato, inclusive aqueles relativos à operação do aterro, pessoal, encargos, tributos, equipamentos, controle ambiental, pesagem, relatórios, manutenção da infraestrutura e demais despesas diretas e indiretas;
- s)** manter, durante toda a execução contratual, válida e vigente a licença ambiental do empreendimento receptor, bem como atender às respectivas condicionantes;
- t)** permitir e facilitar a atuação da fiscalização contratual e dos órgãos de controle, inclusive quanto à realização de inspeções e auditorias documentais e operacionais;
- u)** comprovar, sempre que solicitado, a regularidade ambiental e operacional do empreendimento e a adequada destinação final dos resíduos;
- v)** atuar com ética, responsabilidade e zelo na execução dos serviços, observando as normas técnicas, ambientais, de segurança do trabalho e as orientações da fiscalização e da gestão do contrato;
- w)** cumprir rigorosamente os horários, turnos, rotinas de recebimento, capacidade mínima de atendimento e demais padrões operacionais definidos pela Administração, não podendo recusar cargas ou restringir o recebimento sem justificativa técnica formalmente aceita pela CONTRATANTE;
- x)** operar e manter em funcionamento regular todos os sistemas ambientais indispensáveis à adequada execução do objeto, inclusive aqueles relacionados à impermeabilização, drenagem, coleta, armazenamento, manejo, controle e tratamento de chorume, controle de efluentes, captação e controle de gases, monitoramento ambiental e demais estruturas exigidas pela licença ambiental e pela legislação aplicável;
- y)** comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa comprometer a regular execução contratual, a segurança operacional ou a conformidade ambiental do

empreendimento, incluindo autos de infração, notificações de órgãos ambientais, embargos, interdições, incidentes ambientais, falhas no tratamento do chorume, paralisações, risco de colapso operacional ou qualquer situação que gere ou possa gerar passivo ambiental;

z) adotar, imediatamente e às suas expensas, todas as providências necessárias à contenção, mitigação, correção, reparação e regularização de falhas operacionais, eventos ambientais adversos, danos, incidentes, contaminações, vazamentos ou desconformidades verificadas durante a execução contratual;

aa) manter, durante toda a vigência contratual, seguros, garantias, autorizações, licenças e demais instrumentos necessários à cobertura dos riscos operacionais e ambientais inerentes à atividade, inclusive aqueles destinados à prevenção, mitigação e reparação de passivos ambientais, quando exigidos pela legislação, pelos órgãos ambientais competentes ou pela CONTRATANTE;

ab) apresentar à CONTRATANTE, sempre que solicitado, comprovantes atualizados de seguros, garantias, licenças, autorizações, relatórios técnicos, laudos, planos de contingência e demais documentos relacionados à segurança operacional e à conformidade ambiental do empreendimento;

ac) responder integralmente pelos passivos ambientais, danos ecológicos, prejuízos à saúde pública, contaminações, autuações e demais consequências decorrentes de ação, omissão, negligência, imprudência, imperícia ou descumprimento das obrigações legais, contratuais ou regulamentares, sem prejuízo das sanções administrativas e das demais responsabilidades cabíveis;

ad) manter plano de contingência operacional e ambiental compatível com o objeto contratado, contemplando, no mínimo, hipóteses de paralisação, falha de recebimento, incidentes com chorume, indisponibilidade temporária do empreendimento, emergências ambientais e medidas imediatas de comunicação e resposta.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** após a medição dos serviços efetivamente executados, a regular liquidação da despesa e o respectivo ateste pela fiscalização e pelo gestor do contrato, mediante apresentação da Nota Fiscal, acompanhada dos documentos exigidos para comprovação da execução contratual.

6.1.1. As Notas Fiscais deverão ser encaminhadas para o e-mail **ctbsaojoao@gmail.com** ou **contabilidade@saojoao.pr.gov.br**.

6.1.2. As notas fiscais deverão ser encaminhadas ao setor competente imediatamente após sua emissão, preferencialmente no mesmo dia, a fim de não comprometer o fluxo regular de conferência, liquidação e pagamento das despesas, observados os prazos e procedimentos estabelecidos pela Administração.

6.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser acompanhada, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) relatório consolidado dos serviços executados no período de referência;
- b) comprovantes de pesagem das cargas recebidas;
- c) registros e documentos que permitam a conferência da medição;
- d) certidões de regularidade fiscal e trabalhista exigidas para pagamento, especialmente as relativas ao FGTS, Fazenda Federal e CNDT, devidamente atualizadas;
- e) comprovação da manutenção da validade da licença ambiental do empreendimento receptor, quando exigido pela fiscalização.

6.3. O pagamento será realizado com base na **quantidade efetivamente recebida, pesada, comprovada documentalmente e validada pela fiscalização contratual**, observados os valores unitários contratados por tonelada.

6.3.1. Somente serão considerados, para fins de pagamento, os quantitativos:

- a) efetivamente executados;
- b) devidamente pesados;
- c) registrados de forma regular;
- d) comprovados documentalmente;
- e) atestados pela fiscalização e validados pelo gestor do contrato.

6.3.2. Poderão ser aplicadas glosas, retenções ou suspensões de pagamento nas hipóteses de:

- a) divergência entre os relatórios apresentados e os registros de pesagem;
- b) ausência de documentação comprobatória;
- c) falhas operacionais ou ambientais na execução;
- d) inexecução total ou parcial do objeto;
- e) irregularidade fiscal, trabalhista ou ambiental da contratada, quando legalmente exigível para pagamento.

6.4. O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO efetuará os descontos relativos aos tributos incidentes, conforme a legislação vigente.

6.4.1. De acordo com o Decreto Municipal nº 3.096/2023 e a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, será realizada a retenção na fonte do Imposto de Renda (IR) sobre os pagamentos efetuados a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços.

6.5. A Nota Fiscal deverá conter obrigatoriamente:

- a) o número da licitação correspondente;
- b) o número do contrato e, se aplicável, do termo aditivo;
- c) a discriminação clara dos serviços executados no período, com indicação dos quantitativos medidos por tipo de resíduo, quando aplicável;
- d) a informação sobre a opção pelo Simples Nacional, caso a empresa seja optante desse regime tributário.

6.6. As Notas Fiscais deverão ser entregues até o dia 25 de cada mês. Caso sejam apresentadas após essa data, deverão ser encaminhadas a partir do primeiro dia útil do mês subsequente.

6.7. Os pagamentos decorrentes da execução do objeto deste contrato ocorrerão com recursos provenientes das dotações orçamentárias indicadas no processo administrativo e no instrumento contratual, conforme previsto na Lei Orçamentária Anual vigente.

- **Órgão e Unidade:** 07.001
- **Funcional Programática:** 18.541.1801.2034
- **Elemento da Despesa:** 3.3.90.39.00.00
- **Fonte:** 000.504

6.8. Nenhum pagamento será efetuado sem a devida comprovação da execução do objeto, da regularidade da medição e do cumprimento das condições contratuais, podendo a Administração suspender o pagamento até a regularização de eventual pendência.

CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIO DE RECOMPOSIÇÃO DE PREÇOS

7.1. A CONTRATANTE poderá promover a revisão do contrato para fins de **recomposição do equilíbrio econômico-financeiro**, quando caracterizado fato superveniente que gere desequilíbrio relevante, **desde que** a CONTRATADA apresente solicitação formal, devidamente motivada e instruída com documentação comprobatória, incluindo, quando cabível, **memória de cálculo, planilhas, notas fiscais, contratos/compromissos de fornecimento, índices, convenções/atos aplicáveis e demais elementos** que demonstrem a efetiva repercussão nos custos do contrato.

7.2. O pedido será analisado pela Administração conforme as regras do Edital do **Pregão Eletrônico nº 90.029/2026**, do Termo de Referência e da legislação aplicável, sendo admitido apenas quando comprovada, de forma objetiva, a ocorrência de evento que altere as condições originalmente pactuadas, com demonstração do nexo causal e da impossibilidade de absorção do impacto pela Contratada, preservando-se as condições efetivas da proposta e do contrato.

7.3. A recomposição, quando cabível, observará os limites estritamente necessários à eliminação do desequilíbrio verificado, podendo ser formalizada por termo aditivo ou, quando aplicável, por apostilamento, conforme a natureza do ajuste e o instrumento jurídico adequado.

7.4. Não ensejam recomposição, por si sós, variações ordinárias de mercado previsíveis, falhas

de planejamento, majorações decorrentes de gestão interna da Contratada, ou custos que não guardem relação direta com o objeto contratado ou que já estejam contemplados na proposta apresentada.

CLÁUSULA OITAVA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da **CONTRATANTE** especialmente designados, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021**, cabendo à Administração promover o acompanhamento, o controle e a verificação do fiel cumprimento das obrigações contratuais. A gestão e a fiscalização contratual deverão ser formalmente designadas pela autoridade competente, mediante portaria ou ato equivalente.

8.2. A **CONTRATANTE** nomeia como **Gestora do Contrato** a Sra. **Katia Cristina Dalpiva Hartmann**, a quem competirá coordenar a execução contratual, receber informações da fiscalização, promover os encaminhamentos administrativos cabíveis, controlar a vigência contratual e propor medidas para o fiel cumprimento do ajuste.

8.3. O acompanhamento direto da execução será realizado pelo seguinte fiscal designado pela **CONTRATANTE**:

- **Fiscal Técnico:** Gabriel Henrique Lemos.

8.4. Compete ao gestor do contrato:

- a) acompanhar a execução contratual sob os aspectos administrativos e gerenciais;
- b) controlar prazos contratuais, vigência e eventuais prorrogações;
- c) consolidar as informações oriundas da fiscalização;
- d) validar, juntamente com o fiscal, as informações necessárias à medição e ao pagamento;
- e) adotar providências administrativas em caso de descumprimento contratual;
- f) encaminhar à autoridade competente situações que demandem aplicação de penalidades;
- g) atuar como interlocutor institucional entre a Administração e a **CONTRATADA**;
- h) determinar a adoção de providências corretivas, preventivas ou mitigadoras quando constatadas falhas operacionais, ambientais ou documentais relevantes;
- i) propor, quando cabível, a instauração de processo administrativo para apuração de infrações contratuais, aplicação de penalidades, glosas, retenções, suspensão de pagamentos ou extinção contratual;
- j) requisitar da **CONTRATADA** documentos, relatórios, comprovantes, laudos, licenças, autorizações, apólices, garantias, planos de contingência e demais elementos necessários ao adequado acompanhamento da execução contratual.

8.5. Compete ao fiscal do contrato:

- a) acompanhar a execução dos serviços em campo;
- b) verificar a regularidade da operação do aterro sanitário;
- c) conferir os comprovantes de pesagem e os quantitativos recebidos;
- d) validar os registros de cada carga recebida;
- e) analisar relatórios operacionais e ambientais;
- f) verificar a conformidade da execução com a licença ambiental e com as exigências contratuais;
- g) registrar formalmente falhas, interrupções, inconsistências ou irregularidades;
- h) determinar correções imediatas, quando cabível;
- i) atestar a execução dos serviços para fins de recebimento provisório, medição e pagamento;
- j) subsidiar o gestor com informações para eventual aplicação de sanções;
- k) verificar o cumprimento dos horários, turnos, rotinas mínimas de recebimento, padrões de atendimento e demais condições operacionais estabelecidas pela Administração;
- l) acompanhar a regularidade do funcionamento dos sistemas ambientais do empreendimento, inclusive no que se refere ao controle, coleta, armazenamento, manejo e tratamento de chorume, drenagem, controle de gases, monitoramento ambiental e demais estruturas exigidas pela licença e pela legislação aplicável;
- m) exigir da **CONTRATADA**, sempre que necessário, a apresentação de documentos complementares, registros operacionais, relatórios técnicos, laudos, comprovantes de regularidade ambiental, seguros, garantias e planos de contingência;
- n) comunicar imediatamente ao gestor do contrato e à autoridade competente situações que possam representar risco à continuidade do serviço, à segurança operacional, ao meio ambiente, à saúde pública ou ao patrimônio público.

8.6. A fiscalização acompanhará a execução contratual, podendo determinar as providências necessárias para correção de falhas, adequação dos serviços, regularização de inconformidades, apresentação de documentos complementares e fiel cumprimento do contrato, devendo reportar ao gestor as situações que demandem providências administrativas adicionais.

8.6.1. Sempre que constatado risco ambiental, sanitário ou operacional relevante, a fiscalização poderá determinar, de forma motivada:

- a) a adoção imediata de medidas corretivas, preventivas ou mitigadoras;

- b) a apresentação de plano de contingência ou de regularização;
- c) a comprovação da regularidade ambiental, securitária e operacional do empreendimento;
- d) a suspensão do recebimento de cargas em situação crítica, quando necessária à segurança da execução ou à proteção ambiental;
- e) a comunicação dos fatos aos órgãos ambientais, sanitários, de controle ou às demais autoridades competentes, sem prejuízo das medidas contratuais e legais cabíveis.

8.7. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar inspeções no empreendimento receptor, auditorias documentais e operacionais, conferência dos registros de pesagem, cruzamento de informações com os dados da coleta municipal e verificação da regularidade ambiental da operação.

8.7.1. Para fins de fiscalização, a **CONTRATADA** deverá franquear à **CONTRATANTE** e aos órgãos de controle o acesso às dependências do empreendimento receptor, aos sistemas de pesagem, aos relatórios operacionais, aos documentos ambientais, aos registros de manutenção, às evidências de monitoramento e aos demais elementos relacionados à execução do objeto.

8.8. Caso seja necessária a substituição do gestor ou do fiscal inicialmente designados, a **CONTRATANTE** promoverá a formalização por meio de portaria, ato equivalente ou apostilamento administrativo, com juntada aos autos do processo e ciência da **CONTRATADA** pelos meios oficiais adotados pela Administração.

8.9. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com o Termo de Referência, com o edital e com as normas da **Lei nº 14.133/2021**, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.10. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do contrato por determinação da Administração, por motivo ambiental, operacional ou por fato superveniente devidamente justificado, o cronograma de execução poderá ser ajustado ou prorrogado pelo tempo correspondente, na forma da legislação aplicável.

8.10.1. Sem prejuízo das demais medidas cabíveis, a Administração poderá determinar a adoção de providências emergenciais ou contingenciais para assegurar a continuidade do serviço e a mitigação de riscos ambientais, operacionais ou sanitários, inclusive mediante exigência de solução temporária ou alternativa tecnicamente adequada.

8.11. A CONTRATADA será responsável por:

- a) corrigir, regularizar, complementar ou refazer, às suas expensas, qualquer parcela da execução que apresente falhas, vícios, defeitos, inconsistências de registro ou irregularidades;
- b) responder por danos causados à Administração, ao meio ambiente ou a terceiros, decorrentes da execução contratual, independentemente da fiscalização exercida pela **CONTRATANTE**;

c) assumir integralmente os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, ambientais e demais ônus decorrentes da execução do contrato, sem transferência de responsabilidade à Administração;

d) atender imediatamente às determinações da fiscalização e da gestão contratual relacionadas à correção de falhas, à mitigação de riscos, à regularização ambiental, à apresentação de documentos e à continuidade dos serviços;

e) apresentar, sempre que solicitado, comprovação atualizada da manutenção das licenças, autorizações, seguros, garantias, condicionantes ambientais, relatórios técnicos e demais documentos exigidos para a regular execução contratual;

f) responder integralmente pelas consequências decorrentes da omissão, atraso ou insuficiência na adoção de medidas corretivas ou emergenciais exigidas pela fiscalização.

8.12. As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, admitindo-se comunicações eletrônicas por e-mail institucional, sistema eletrônico ou outro meio oficial adotado pela Administração.

8.13. Antes da realização de cada pagamento, a **CONTRATANTE** poderá verificar a regularidade da **CONTRATADA** nos sistemas e bases oficiais aplicáveis, bem como exigir os documentos necessários à regular liquidação da despesa, conforme previsto no edital, no contrato e na legislação vigente.

8.14. A atuação da gestão e da fiscalização contratual não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pela execução integral do objeto, pelo cumprimento das obrigações legais e contratuais e pela reparação de danos eventualmente causados à Administração, ao meio ambiente, à saúde pública ou a terceiros.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E DOS SEGUROS

9.1. A **CONTRATADA** é integralmente responsável pela operação ambiental do empreendimento receptor e pela adequada execução dos serviços contratados, devendo observar, durante toda a vigência contratual, a legislação ambiental aplicável, as normas técnicas pertinentes, as condicionantes da licença ambiental e as determinações dos órgãos de fiscalização e controle.

9.2. A **CONTRATADA** responderá integralmente, nas esferas administrativa, civil e penal, pelos danos ambientais, operacionais, sanitários e patrimoniais decorrentes de sua atuação, ação, omissão, negligência, imprudência, imperícia ou descumprimento das obrigações contratuais e legais, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste contrato.

9.3. A responsabilidade da **CONTRATADA** abrange, inclusive, danos decorrentes de falhas no recebimento, tratamento, controle operacional, pesagem, rastreabilidade, acondicionamento, drenagem, manejo, armazenamento e disposição final dos resíduos, bem como no controle, coleta, contenção, tratamento e destinação de chorume, gases, efluentes e demais sistemas ambientais relacionados à execução do objeto.

9.4. A fiscalização exercida pela **CONTRATANTE** não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA** pela correta execução do objeto e pelo cumprimento das obrigações ambientais, técnicas e operacionais assumidas.

9.5. A **CONTRATADA** deverá manter, durante toda a execução contratual, válidas e atualizadas todas as licenças, autorizações, cadastros, registros, alvarás, seguros, garantias e demais instrumentos necessários à regular execução do objeto e à cobertura dos riscos inerentes à atividade, apresentando à **CONTRATANTE**, sempre que solicitado, os respectivos comprovantes.

9.6. A **CONTRATADA** obriga-se a comunicar imediatamente à **CONTRATANTE** qualquer ocorrência que possa comprometer a regular execução contratual, a segurança operacional, a conformidade ambiental do empreendimento ou a continuidade do serviço, inclusive autos de infração, notificações, embargos, interdições, incidentes ambientais, falhas relevantes nos sistemas de tratamento e controle, ou qualquer situação que possa gerar passivo ambiental.

9.7. Constatada ocorrência ambiental, operacional ou sanitária relevante, a **CONTRATADA** deverá adotar imediatamente, às suas expensas, todas as medidas de contenção, mitigação, correção, reparação, regularização e comunicação aos órgãos competentes, sem prejuízo das demais responsabilidades legais e contratuais.

9.8. A **CONTRATADA** deverá manter plano de contingência operacional e ambiental compatível com o objeto contratado, contemplando, no mínimo, hipóteses de paralisação, indisponibilidade de recebimento, incidentes com chorume, falhas operacionais relevantes, riscos de contaminação e demais situações emergenciais, com definição das medidas imediatas de resposta, mitigação e comunicação.

9.9. Sempre que exigido pela legislação aplicável, pelos órgãos ambientais competentes, pela natureza da atividade ou por determinação motivada da Administração, a **CONTRATADA** deverá manter seguros e garantias específicos destinados à cobertura de riscos operacionais e ambientais, inclusive aqueles voltados à mitigação e reparação de passivos ambientais, apresentando à **CONTRATANTE** os comprovantes correspondentes.

9.10. A **CONTRATADA** responderá integralmente pelos custos de prevenção, contenção, mitigação, recuperação, remediação, indenização e reparação de danos decorrentes de falhas na execução contratual ou de eventos a ela imputáveis, não cabendo à **CONTRATANTE** qualquer responsabilidade subsidiária ou solidária por obrigações que sejam de atribuição exclusiva da contratada, ressalvadas as hipóteses legais.

9.11. A eventual aplicação de sanções administrativas, a adoção de medidas corretivas pela fiscalização, a retenção de pagamentos, a glosa de valores ou a extinção contratual não afastam a obrigação da **CONTRATADA** de reparar integralmente os danos causados à Administração, ao meio ambiente, à saúde pública ou a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

10.1. A **CONTRATADA** deverá observar e garantir que seus fornecedores e eventuais subcontratados, quando permitido, mantenham os mais altos padrões de **ética, transparência e integridade** durante todo o processo de contratação e execução do objeto contratual. Para os

fins desta cláusula, consideram-se as seguintes práticas ilícitas:

- a) **Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida com o objetivo de influenciar a ação de agente público durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) **Prática fraudulenta:** falsificação, omissão ou manipulação de informações com o propósito de influenciar a licitação ou a execução do contrato;
- c) **Prática colusiva:** acordo entre dois ou mais licitantes para manipular preços ou condições contratuais de forma artificial, reduzindo a competitividade do certame;
- d) **Prática coercitiva:** causar ou ameaçar causar dano físico, moral ou patrimonial a indivíduos ou empresas, com o objetivo de influenciar sua participação na licitação ou afetar a execução do contrato;
- e) **Prática obstrutiva:** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas, prestar declarações falsas ou impedir investigações sobre possíveis irregularidades no processo licitatório ou na execução do contrato.

10.2. Em caso de financiamento, total ou parcial, por organismo financeiro nacional ou internacional, a **CONTRATADA** estará sujeita às sanções previstas por essas entidades, podendo ser declarada **inelegível para futuras contratações** caso fique comprovado seu envolvimento em práticas ilícitas.

10.3. Caso o contrato venha a ser financiado, parcial ou integralmente, por um organismo financeiro, a **CONTRATADA** concorda, como condição para a contratação, em permitir inspeções nos locais de execução do contrato, bem como auditorias em seus documentos, contas e registros, sempre que solicitado pela entidade financiadora ou seus representantes devidamente formalizados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O descumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará a **CONTRATADA** às sanções administrativas previstas no **art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021**, observadas as disposições do **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicáveis, sem prejuízo de eventual responsabilização civil, ambiental e penal.

11.2. Constituem sanções administrativas aplicáveis, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.3. A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **art. 155, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

11.4. A sanção de multa será aplicada nas hipóteses previstas neste contrato, no edital e na legislação aplicável, não podendo ser inferior a **0,5%** nem superior a **30%**, calculada sobre o valor do contrato licitado ou celebrado, nos termos do **art. 156, §3º, da Lei Federal nº 14.133/2021**.

11.5. A multa moratória, em caso de atraso injustificado na execução do objeto ou no cumprimento de obrigação contratual, será de **0,3% ao dia**, calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º dia, limitada ao percentual máximo previsto em lei, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual e aplicação de outras sanções cabíveis.

11.5.1. Sem prejuízo das penalidades previstas nos itens anteriores, poderão ser aplicadas **sanções progressivas**, de acordo com a natureza da infração, a extensão do dano, o risco à continuidade do serviço, o impacto ambiental e a reincidência, observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

11.5.2. Para fins de gradação, consideram-se, exemplificativamente:

I – infrações leves:

- a) atraso pontual na apresentação de relatórios, registros ou documentos exigidos pela fiscalização;
- b) inconsistências formais ou sanáveis em registros de pesagem ou controles operacionais;
- c) descumprimento isolado de rotina operacional sem prejuízo relevante à execução contratual ou ao meio ambiente.

Penalidade sugerida: advertência formal e determinação de correção imediata, sem prejuízo de multa, quando cabível.

II – infrações médias:

- a) descumprimento de horários, turnos ou rotinas de recebimento definidos pela Administração;
- b) recusa injustificada de cargas encaminhadas pelo Município;
- c) falhas reiteradas de controle, pesagem, rastreabilidade ou registro das cargas recebidas;
- d) atraso injustificado na correção de irregularidades apontadas pela fiscalização;
- e) descumprimento de obrigação contratual com impacto operacional relevante, ainda que sem dano ambiental comprovado.

Penalidade sugerida: multa administrativa, sem prejuízo de advertência anterior, glosa, retenção de pagamento e determinação de regularização imediata.

III – infrações graves:

- a) paralisação injustificada dos serviços;
- b) falhas graves ou reiteradas no controle, manejo, armazenamento, drenagem ou tratamento de chorume;
- c) descumprimento de condicionantes ambientais ou de determinações dos órgãos ambientais e de fiscalização;
- d) omissão na comunicação de incidente ambiental, embargo, auto de infração, interdição ou risco de paralisação;
- e) ocorrência de dano ambiental, contaminação, poluição, vazamento, risco à saúde pública ou comprometimento relevante da segurança operacional;
- f) reincidência em infrações médias ou descumprimento reiterado de determinações da fiscalização.

Penalidade sugerida: multa em grau mais gravoso, cumulada ou não com impedimento de licitar e contratar, instauração de procedimento de extinção contratual e demais medidas cabíveis.

11.5.3. A reincidência específica poderá ensejar o agravamento progressivo da penalidade, inclusive com:

- a) conversão de advertência em multa;
- b) majoração da multa inicialmente aplicada;
- c) cumulação com outras sanções administrativas;
- d) instauração de procedimento para extinção contratual, nos casos de maior gravidade.

11.5.4. A aplicação das penalidades previstas nesta cláusula não prejudica a adoção, pela Administração, de medidas imediatas destinadas à contenção de riscos operacionais, ambientais ou sanitários, inclusive determinação de correção emergencial, suspensão de recebimento em situação crítica, glosa, retenção cautelar e comunicação aos órgãos competentes.

11.6. A partir do 31º dia de atraso, a mora poderá caracterizar inexecução parcial ou total da obrigação, hipótese em que poderá ser aplicada multa compensatória, observados os limites legais, além das demais sanções cabíveis, mediante regular processo administrativo.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos II, III, IV, V, VI e VII, da Lei Federal nº 14.133/2021**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.

11.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas no **art. 155, incisos VIII, IX, X, XI e XII, da**

Lei Federal nº 14.133/2021, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, impedindo-o de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de **3 (três) anos** e máximo de **6 (seis) anos**.

11.9. A aplicação das sanções observará a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração Pública, ao meio ambiente e a terceiros, a reincidência, a conduta da contratada na correção da falha, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, quando cabível, bem como os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, contraditório e ampla defesa.

11.10. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar dependerá de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.11. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste contrato, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021**.

11.12. Caso seja aplicada multa, a Administração poderá descontar o respectivo valor dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA**, observado o regular processo administrativo e os limites legais.

11.13. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à **CONTRATADA**, além da perda desse valor, a diferença poderá ser cobrada judicialmente.

11.14. A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, ao meio ambiente ou a terceiros.

11.15. O procedimento para aplicação das sanções observará, no que couber, as seguintes etapas:

- a) manifestação do fiscal do contrato, com indicação das irregularidades e documentos comprobatórios;
- b) análise e manifestação do gestor do contrato;
- c) instauração de processo administrativo, quando cabível;
- d) notificação da **CONTRATADA** para apresentação de defesa, no prazo legal;
- e) análise jurídica, quando necessária;
- f) decisão da autoridade competente;
- g) comunicação da decisão à **CONTRATADA**;

h) registro da penalidade nos sistemas cadastrais pertinentes, quando aplicável.

11.16. Nos processos de responsabilização, será assegurado à **CONTRATADA** o direito ao contraditório e à ampla defesa, observados os prazos e procedimentos previstos na **Lei Federal nº 14.133/2021** e no **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, quando aplicável.

11.17. Sem prejuízo das sanções previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, eventual responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública observará, quando cabível, as disposições da **Lei Federal nº 12.846/2013** e demais normas aplicáveis.

11.18. As penalidades aplicadas serão registradas nos sistemas cadastrais pertinentes, inclusive no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando exigido pela legislação aplicável.

11.19. Os casos omissos serão resolvidos com fundamento na **Lei Federal nº 14.133/2021**, no **Decreto Municipal nº 3.118/2023**, no edital, neste contrato e demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1. O contrato poderá ser extinto nas seguintes hipóteses:

a) descumprimento das cláusulas contratuais, execução irregular, inexecução total ou parcial sem justa causa ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

b) extinção por acordo entre as partes, desde que não cause prejuízo à **CONTRATANTE** e haja conveniência administrativa;

c) ocorrência de qualquer das hipóteses previstas nos **artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021**, que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.

12.2. Caso a extinção ocorra por culpa da **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá reter créditos até o limite dos prejuízos apurados, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

12.3. Caso não haja créditos suficientes para cobrir os prejuízos, a **CONTRATADA** será notificada para realizar o pagamento em até **5 (cinco) dias úteis**. Se não for efetuado o pagamento, a **CONTRATANTE** poderá cobrar judicialmente o valor devido.

12.4. A **CONTRATANTE** poderá promover a extinção unilateral do contrato em caso de cisão, fusão, incorporação, alteração societária relevante ou modificação da estrutura da **CONTRATADA** que comprometa a execução do objeto contratado ou reduza as garantias inicialmente apresentadas.

12.5. A extinção poderá ocorrer nos seguintes casos, entre outros:

a) não prestação dos serviços contratados ou interrupção injustificada da execução;

b) inexecução do objeto do contrato sem justa causa e/ou sem prévia comunicação à **CONTRATANTE**;

- c) descumprimento de determinações do fiscal ou do gestor do contrato;
- d) perda, suspensão, cassação, vencimento não regularizado ou qualquer restrição relevante da licença ambiental indispensável à execução do objeto;
- e) descumprimento de condicionantes ambientais, exigências técnicas, determinações de órgãos ambientais ou medidas corretivas exigidas pela fiscalização contratual;
- f) falhas graves ou reiteradas no recebimento, controle, tratamento, drenagem, manejo, armazenamento ou disposição de chorume, gases, efluentes ou demais sistemas ambientais do empreendimento;
- g) ocorrência de dano ambiental, contaminação, vazamento, poluição, risco à saúde pública, embargo, interdição ou qualquer evento que comprometa de forma relevante a regular execução contratual;
- h) recusa injustificada no recebimento das cargas encaminhadas pelo Município ou descumprimento reiterado dos horários e rotinas operacionais definidos pela Administração;
- i) não manutenção, não renovação ou não comprovação, quando exigível, de seguros, garantias, autorizações, licenças, planos de contingência ou demais instrumentos necessários à cobertura dos riscos operacionais e ambientais da atividade;
- j) prestação dos serviços em desacordo com as normas legais, contratuais, técnicas ou ambientais aplicáveis, de forma a comprometer a finalidade pública da contratação;
- k) prática de ato que configure fraude, dolo, má-fé, omissão relevante de informações ou embaraço à atuação da fiscalização e dos órgãos de controle.

11.6. Sempre que possível, antes da decisão pela extinção, a **CONTRATANTE** poderá conceder prazo razoável para saneamento da irregularidade, quando a natureza da ocorrência permitir correção sem prejuízo à continuidade do serviço, à segurança operacional, à saúde pública ou ao meio ambiente.

12.6.1. O saneamento não será admitido, ou poderá ser dispensado, quando:

- a) houver risco relevante e imediato ao meio ambiente, à saúde pública, à segurança operacional ou à continuidade do serviço;
- b) a irregularidade for insanável;
- c) houver reincidência em infração já anteriormente apontada e não regularizada de forma satisfatória;
- d) a urgência da situação exigir providência imediata da Administração.

11.7. O procedimento para extinção seguirá, no que couber, a seguinte ordem:

- a) manifestação do fiscal do contrato, com documentação comprobatória;
- b) manifestação do gestor do contrato ou da unidade requisitante;
- c) notificação da **CONTRATADA**, concedendo prazo de **15 (quinze) dias úteis** para defesa, ressalvadas as hipóteses legais de urgência;
- d) parecer da Procuradoria-Geral do Município, quando necessário;
- e) decisão final da autoridade competente;
- f) notificação da **CONTRATADA** sobre o resultado do processo.

12.8. Nos casos previstos no **artigo 139 da Lei nº 14.133/2021**, bem como nas hipóteses de risco ambiental, sanitário ou operacional relevante, a **CONTRATANTE** poderá adotar imediatamente medidas cautelares e providências necessárias à proteção do interesse público, inclusive suspensão da execução, substituição emergencial da solução, retenção de pagamentos, glosa, comunicação aos órgãos competentes e demais atos necessários, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa posterior.

12.9. A extinção do contrato não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pelos danos causados à Administração, ao meio ambiente ou a terceiros, nem afasta a obrigação de reparação integral dos prejuízos apurados.

12.10. Em caso de extinção contratual, a **CONTRATADA** deverá assegurar, até o limite determinado pela **CONTRATANTE** e observado o interesse público, a adoção das medidas mínimas necessárias à transição operacional, à preservação da continuidade do serviço, à entrega de documentos, registros, relatórios, comprovantes de pesagem e demais informações indispensáveis à continuidade administrativa e à mitigação de riscos ambientais ou operacionais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. O contrato poderá ser alterado mediante **termo aditivo** ou **apostilamento**, nos casos previstos na **Lei nº 14.133/2021**, incluindo prorrogação de prazos e adequação das condições contratuais.

13.2. Poderão ser realizados acréscimos ou supressões no objeto do contrato, respeitando o limite de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado, conforme legislação vigente.

13.3. Alterações contratuais deverão ser formalizadas por **termo aditivo**, salvo quando caracterizarem mero ajuste de registro, hipótese em que poderão ser realizadas por **apostilamento**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PARTES INTEGRANTES

14.1. Integram o presente contrato, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos, as condições estabelecidas no **Edital do Pregão Eletrônico nº 90.029/2026**, seus anexos (especialmente o **Termo de Referência**) e a **proposta vencedora** apresentada pela **CONTRATADA**, bem como os demais documentos que compõem o processo administrativo e que sejam necessários à perfeita execução do objeto.

14.2. Quaisquer alterações necessárias durante a vigência contratual serão formalizadas por instrumento adequado, conforme o caso, mediante **termo aditivo** quando houver modificação que altere o conteúdo obrigacional do contrato, ou por **apostilamento** quando cabível, observadas as disposições do Edital, do Termo de Referência e da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, com base na legislação aplicável às contratações públicas e demais normas pertinentes, observados os princípios que regem a Administração Pública.

15.2. Subsidiariamente, poderão ser aplicadas normas de direito privado compatíveis com o regime jurídico-administrativo e os princípios gerais dos contratos, quando pertinentes ao caso concreto, sem prejuízo das regras próprias do contrato administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1. A CONTRATANTE promoverá a **divulgação** deste contrato no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e em seu **sítio oficial na internet**, conforme o **artigo 94 da Lei nº 14.133/2021**.

16.2. A publicação atenderá às exigências da **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação) e do **Decreto nº 7.724/2012**, garantindo a **transparência e publicidade** do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SUCESSÃO E FORO

17.1. As partes firmam o presente contrato, **obligando-se por si e seus sucessores** ao fiel cumprimento das condições aqui ajustadas.

17.2. Fica eleito o **Foro da Comarca de São João, Estado do Paraná**, para dirimir quaisquer questões oriundas deste contrato, **renunciando as partes a qualquer outro foro**, por mais privilegiado que seja.

17.3. A CONTRATADA deverá manter **um representante com plenos poderes** para receber **notificações, citação inicial e demais comunicações legais**, independentemente de eventual mudança de seu domicílio.

Local e Data

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:

1 – Nome:

2 – Nome:

Ou

ANEXO VIII

ANEXO À NOTA DE EMPENHO

NOTA DE EMPENHO Nº. _____

VALOR: R\$ _____ (_____)

1. DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

1.1. Integra este instrumento o **Edital de Pregão Eletrônico nº. _____**, assim como seus Anexos e o **Descritivo da Proposta de Preços constantes do Processo nº. _____**, independentemente de transcrição.

2. DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento de cada fatura será realizado **em até 30 (trinta) dias**, contados a partir do **atesto da Nota Fiscal**, após a comprovação do **adimplemento do Contratado** em todas as suas obrigações, já deduzidas **as glosas e notas de débito**, e mediante verificação da **Regularidade Fiscal com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT)**, observadas as disposições do **Termo de Referência**.

2.2. Nenhum pagamento será efetuado **sem a apresentação dos documentos exigidos**, bem como enquanto **não forem sanadas irregularidades** constatadas na **nota fiscal**, no **fornecimento dos bens ou no cumprimento das obrigações contratuais**.

2.3. Os pagamentos ficarão **condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da sua conta corrente**, que deverá ser **mantida na instituição financeira contratada pelo Município**.

2.4. O prazo estabelecido no **item 2.1** ficará **suspenso** na hipótese prevista no **item 13.d.1 das Condições Gerais do Pregão**.

2.4.1. Decorrido o prazo de **adimplemento da multa**, caso esta **não tenha sido paga**, os valores serão **descontados da fatura apresentada**.

2.5. Nos casos de **eventuais atrasos de pagamento**, desde que a **CONTRATADA não tenha concorrido para tanto**, será aplicada uma **taxa de compensação financeira sobre o valor devido**, calculada de acordo com a legislação vigente.

3. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

3.1. São obrigações do **Contratado**:

3.1.1. Efetuar a **entrega do objeto** em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus Anexos, acompanhado da respectiva **nota fiscal**, na qual deverão constar as informações referentes à **marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia ou validade**, além do **manual do usuário em português** e da **relação da rede de assistência técnica autorizada**, quando aplicável.

3.1.2. **Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes** do objeto, conforme o **Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990)**.

3.1.3. **Substituir, reparar ou corrigir**, às suas expensas, no prazo fixado no **Termo de Referência**, o objeto que apresentar avarias ou defeitos.

3.1.4. **Comunicar ao Contratante**, com antecedência mínima de **24 (vinte e quatro) horas** da data prevista para entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, devidamente comprovados.

3.1.5. **Indicar preposto** para representá-lo durante a execução do contrato e manter comunicação com a Administração para a gestão contratual.

3.1.6. Manter, durante toda a vigência do contrato, todas as **condições de habilitação e qualificação** exigidas na licitação.

3.1.7. Manter atualizados seus dados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no **Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município**.

3.1.8. **Guardar sigilo** sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do contrato.

3.1.9. **Arcar com os custos decorrentes de eventuais erros no dimensionamento** dos quantitativos apresentados em sua proposta, exceto nos casos de:

- Alteração qualitativa do projeto ou especificações pela Administração;
- Retardamento na expedição da ordem de execução ou autorização de fornecimento;
- Interrupção do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho por ordem da Administração;
- Aumento dos quantitativos contratados, dentro dos limites permitidos pela **Lei Federal nº 14.133/2021**.

3.1.10. Adotar práticas de **sustentabilidade**, conforme aplicável, utilizando materiais reciclados, biodegradáveis e atóxicos, de acordo com as normas da ABNT, e observar certificações ambientais do INMETRO para produtos sustentáveis.

3.1.11. Adotar práticas de **logística reversa** para os produtos e embalagens fornecidos, assumindo a responsabilidade pela destinação ambientalmente adequada.

4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

4.1. O **licitante e o Contratado** que incorrerem em infrações sujeitar-se-ão às **sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021** e nos artigos correspondentes do **Decreto nº _____**, sem prejuízo de eventuais implicações penais.

4.2. A **multa aplicável não será inferior a 0,5% nem superior a 30%** sobre o valor total do lote ou contrato.

4.3. A Administração poderá **reter pagamentos até a quitação da multa** imposta.

4.4. Será aplicada uma **multa de mora diária de até 0,3%** sobre o valor do contrato ou parcela em atraso, até o 30º dia; após esse prazo, a multa será convertida em compensatória.

4.5. A aplicação das sanções seguirá o **devido processo administrativo**, garantindo o contraditório e a ampla defesa.

5. DOS CASOS DE EXTINÇÃO

5.1. Este instrumento poderá ser extinto:

- Por ato unilateral da Administração, salvo se o descumprimento for causado por ela própria;
- Por acordo entre as partes, inclusive por conciliação ou mediação;
- Por decisão arbitral ou judicial.

5.2. A parte que desejar rescindir o contrato deverá comunicar por escrito.

5.3. A extinção do contrato será formalmente motivada, garantindo o contraditório e a ampla defesa ao Contratado.

6. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Este instrumento é regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, pelos **Decretos Municipais nº _____** e demais normas aplicáveis ao contrato.

7. DO FORO

As questões decorrentes deste instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente, serão processadas e julgadas no **Foro da Comarca de São João**, com exclusão de qualquer outro.

Município de São João, em ____ de _____ de 20____

CONTRATANTE | CONTRATADA

Testemunhas:

1 – Nome: _____

2 – Nome: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO VIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os fins dispostos no **Pregão Eletrônico nº _____**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

- ☐ **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.
- ☐ **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme § 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.
- ☐ **COOPERATIVA**, nos termos do artigo 34 da Lei Federal nº 11.488/2007.

DECLARA, ainda, que a empresa **não se enquadra nas vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006**, e que **não ultrapassou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, no ano-calendário de realização da licitação**, nos termos do § 2º do artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE
SÃO JOÃO

ESTADO DO PARANÁ
CNPJ 76995422/0001-06

• <https://saojoao.pr.gov.br/> • Email: licitacao@saojoao.pr.gov.br
• AV. XV DE NOVENBRO, 160, CENTRO - SÃO JOÃO/PR • (46) 99133-9003

ANEXO IX DECLARAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da **Carteira de Identidade nº _____** e do **CPF nº _____**, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no **Edital de Licitação** e que **possui as condições de habilitação previstas no edital**, bem como que tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado, o interessado deve fornecer à Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. Dados de identificação pessoal;
- 1.2. Informações sobre participações societárias;
- 1.3. Dados constantes em contratos sociais;
- 1.4. Endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. Estado civil;
- 1.6. Informações sobre cônjuges, quando aplicável;
- 1.7. Relações de parentesco;
- 1.8. Número de telefone;
- 1.9. Registro de sanções administrativas perante a Administração Pública;
- 1.10. Informações sobre eventuais condenações criminais ou por improbidade administrativa;
- 1.11. Outros dados necessários à formalização e execução do contrato.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento pela Administração Pública, nos termos da **Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD)**.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação presume-se **válido, legítimo e juridicamente adequado**, conforme previsto na legislação vigente.

Local e Data: _____

Nome do Representante Legal

Cargo: _____

Assinatura: _____